

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Tendência à Centralização do Capital no Brasil

Sheyla Mesquita Barbosa

Fortaleza, maio de 2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO**

Tendência à Centralização do Capital no Brasil

Aluna: Sheyla Mesquita Barbosa
Orientadora: Maria Goretti Serpa Braga

Monografia submetida à coordenação do curso de Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos registros necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciência Econômicas.

Fortaleza – Ceará
2002

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e se encontra à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

	Média
_____ Sheyla Mesquita Barbosa	_____
_____ Prof. (a) Maria Goretti Serpa Braga (Prof. Orientador)	_____ Nota
_____ Prof. (a) Agamenon Tavares de Almeida (Prof. Membro da Banca Examinadora)	_____ Nota
_____ Prof. (a) Antonio Luis Abreu Dantas (Prof. Membro da Banca Examinadora)	_____

Monografia aprovada em 07 de Maio de 2002.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por interseção de Nossa Senhora e o Menino Jesus, no qual me deram a graça de alcançar este objetivo, e que me protegem nesta caminhada.

Aos meus familiares. Ana Adail Ferreira de Mesquita, minha mãe, que me proporcionou o maior bem que podemos herdar: Educação. Ao meu marido Francisco Carlos Barbosa que acreditou e me incentivou a concluir esta etapa, aos meus filhos Artur Mesquita Barbosa e Beatriz Mesquita Barbosa, pela alegria que me deram nas horas difíceis que passei durante a realização deste trabalho.

Agradeço, igualmente, à Professora Goretti Serpa pela dedicação, disposição e também por sua importante orientação sem o qual não teria concluído este trabalho.

Estendo também meus agradecimentos aos Professores Antonio Luis Abreu Dantas e Agamenon Tavares de Almeida por fazerem parte da minha banca.

Por fim não poderia esquecer minhas irmãs, sogros, cunhadas, que me ajudaram como babás das minhas jóias preciosas (Artur e Beatriz) durante estes anos de universidade.

Muito Obrigada.

SUMÁRIO

Apresentação	01
Capítulo 1: A Globalização e a Nova Ordem Mundial	
1. Introdução	04
1.1 Conceitos de Globalização	06
1.2 Histórico da Globalização	05
1.3 Concentração e Centralização do Capital	10
1.4 Neoliberalismo	14
1.5 Consenso de Washington	16
1.6 Megabloços Econômicos	17
1.7 Conclusão	19
Capítulo 2: A Inserção do Brasil Globalização	
2. Introdução	20
2.1 Antecedentes da Abertura (Governo Sarney)	20
2.1.1 Plano Cruzado	20
2.1.2 Cruzado II	23
2.1.3 Plano Bresser	24
2.1.4 Plano Verão	25
2.2 Governo Collor e a Abertura Comercial	26
2.2.1 Início do Plano Collor	26
2.2.2 Collor II (Mais um Plano)	29
2.3 O Plano Real	30
2.3.1 Antecedentes do Plano	30
2.3.2 Início do Plano Real	31
2.3.3 O Plano Real e o 1º Mandato de Fernando Henrique Cardoso	34
2.3.4 As Crises Externas	36
2.3.5 O Plano Real e o 2º Mandato de Fernando Henrique Cardoso	37
2.3.6 Outros Fatores Externos que Influenciaram a Economia Brasileira	41
2.4 Conclusão	44

Capítulo 3: Tendência à Centralização do Capital no Brasil

3. Introdução	46
3.1 Fusões, Aquisições no Brasil a Partir do Real	48
3.2 Privatizações no Brasil a Partir do Real	51
3.3 Setores Desestatizados	53
3.3.1 Telecomunicações	53
3.3.2 Bancos	54
3.3.3 Energia Elétrica	60
3.3.4 Alimentos, Bebidas, Fumo e Comércio Varejista	62
3.3.5 Outros Setores	63
3.4 Conclusão	64
Considerações Finais	65
Bibliografia Consultada	68

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Inflação no Brasil de 1985 a 1989	21
Tabela II – Taxa de Variação do PIB (%) 1985 / 1989	22
Tabela III - Inflação no Brasil de 1990 a 1992	28
Tabela IV – Reservas Internacionais (US\$ bi) 1989 / 1996	33
Tabela V - Inflação no Brasil de 1995 a 1998	34
Tabela VI – Taxa de Câmbio (R\$) 1994 / 1998	34
Tabela VII – Balança Comercial (US\$ mi) 1993 / 1998	35
Tabela VIII – Variação do PIB (%) 1993 / 1999	36
Tabela IX – Dívida Federal em Títulos (R\$) 1993/ 1998	37
Tabela X – Reservas Cambiais (US\$ bi) 1998/1999	38
Tabela XII – Taxa de Câmbio 2000	41
Tabela XII – Taxa de Juros 1999/2000	41
Tabela XIII - Número de Transações de Fusões e Aquisições Efetuadas entre 1992 a 1998 por Setor de Atividade	50
Tabela XIV – Resultados da Privatização – PND 1991 a 1998	52
Tabela XV – Desestatização no Setor de Telecomunicações – 1998	(anexo)
Tabela XVI – Principais Bancos Vendidos no Brasil – 1995 a 1998	56
Tabela XVII – Aumento Real da Receita e dos Títulos Públicos – 1994 a 2001 (R\$ bilhões)	58
Tabela XVIII – Ranking dos Maiores 20 Bancos Brasileiros – setembro 2001 (R\$ bilhões)	58
Tabela XIX – Ranking dos Lucros dos Bancos – 2001 (R\$ milhões)	59

LISTA DE SIGLAS

- ANATEL** – Agência Nacional de Telecomunicações
- ANEEL** – Agência Nacional de Energia Elétrica
- ANP** – Agência Nacional de Petróleo
- BACEN** – Banco Central do Brasil
- BEC** – Banco do Estado do Ceará
- BIB** – Banco Internacional de Desenvolvimento
- BIRD** – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CADE** – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- CPMF** – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
- EUA** – Estados Unidos da América
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FSE** – Fundo Social de Emergência
- GATT** – Acordo Geral de Tarifa e Comércio
- IBGE** – Instituto Nacional de Geografia e Estatística
- IED** - Investimento Externo Direto
- IOF** – Imposto sobre Operações Financeiras
- IPCA** – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado
- IPI** – Imposto sobre Produto Industrializado
- IPMF** – Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
- MAE** – Mercado Atacadista de Energia

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONS Operador Nacional do Sistema

ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

OTN – Obrigações do Tesouro Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema

PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

RESUMO

O presente trabalho monográfico foi baseado na síntese de livros e na análise de dados, visando fazer uma cronologia de planos econômicos e ações governamentais que fizeram com que o Brasil de forma gradual adaptar-se a globalização e ao neoliberalismo, mesmo que obrigado, pois o mundo já se relacionava desta maneira.

O período de tempo escolhido estende-se do governo Sarney, no qual iniciou-se o processo de abertura econômica com a intenção de contribuir para o programa de combate a inflação da época, passando por Collor de Melo, em que ocorreu realmente uma abertura comercial, até o último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, no qual não só foi dado continuidade ao processo de abertura como também houve uma mudança significativa nas relações do Brasil com o comércio exterior.

Esta inserção possibilitou a abertura comercial no qual favoreceu a entrada de investimentos externos diretos através de empresas multinacionais. O objetivo desta monografia é mostrar a tendência à centralização do capital evidenciado após a abertura econômica, propriamente dita. Este fato foi possibilitado através de processo de fusões, aquisições e principalmente privatizações.

INTRODUÇÃO

Entre o final da década de 80 e o início da década de 90, o Brasil passou por relevantes mudanças no cenário interno. O fim do governo militar e a retomada da democracia, trouxe consigo uma série de planos econômicos, no qual objetivavam o controle inflacionário, entretanto ocorreu também a abertura da economia para o comércio mundial.

Todavia, estas mudanças ocorridas basearam-se em um contexto internacional de globalização. Uma globalização comercial, da informação, financeira, produtiva, institucional, dentre outros.

A globalização fortaleceu-se através da doutrina neoliberal com seus princípios de individualismo, liberdade, propriedade e igualdade. Portanto, foi neste contexto que o Brasil inseriu-se na nova ordem mundial. No entanto, este fato não significa dizer que estas mudanças trariam benefícios ou melhoras para a nossa conjuntura.

Através desta inserção, os países adotaram novas relações comerciais favorecendo a mobilidade internacional do capital permitindo com que os investimentos externos diretos (IED) patrocinassem a entrada de grandes corporações internacionais em outras economias através de subsidiárias e filiais.

Aos países que se inseriram, como o Brasil, restou apenas legitimar as reformas estruturais para viabilizar a globalização. Uma mudança estrutural significativa foi o processo de desestatização. As estatais que foram privatizadas passaram a ter suas administrações acionárias nas mãos de corporações internacionais, aumentando assim o poder destas empresas.

Quando ocorre este processo evidencia-se uma tendência à centralização do capital. No entanto, para se chegar a esta tendência à centralização, precisa-se definir qual o conceito, como ocorreu e porque ocorreu. Para tanto será necessário partir de alguns princípios que permitiram este processo.

No primeiro capítulo será apresentado um estudo teórico da globalização com seu histórico, com o embasamento da mesma pela doutrina neoliberal, os princípios do Consenso de Washington e o comportamento dos países no cenário internacional altamente competitivo, em que desta forma provocou mudanças no cenário internacional, obrigando aos países a se inserirem também no novo contexto.

O segundo capítulo mostrará a inserção no Brasil neste novo contexto, enfocando os governos Sarney, passando por Collor, estendendo-se ao último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, enfatizando os planos de estabilização econômica, que tinha como objetivo combater a inflação. Entretanto foram traçadas também políticas de abertura comercial que provocaram mudanças significativas no país, principalmente no governo Collor e Fernando Henrique Cardoso, já que no governo Sarney esta abertura apenas dava suporte ao plano de combate à inflação.

Estes planos econômicos apenas o do último governo obteve êxito, pois realmente a inflação foi controlada, restando aos demais apenas a lembrança de choques, pacotes fiscais, desemprego, instabilidade, moratória, novas moedas, empréstimos compulsórios, dentre outros.

Conjuntamente com estes planos, a abertura comercial e o PND (Programa Nacional de Desestatização) foram o grande foco destes últimos anos. Entretanto, no Brasil já existiam sérios problemas internos que em consequência do conjunto destas medidas só se agravaram. A dependência externa aumentou deixando o país vulnerável às crises econômicas.

As empresas privadas nacionais sofreram com a abertura por causa do fim do protecionismo e as Estatais foram privatizadas. Isto favoreceu a entrada de multinacionais que compraram as mesmas.

Portanto, o terceiro capítulo mostrará as mudanças ocorridas nas empresas estatais, após a entrada de investimentos externos diretos no Brasil e conseqüentemente as empresas

multinacionais. A entrada destas empresas pode ser observada por processos de fusão, aquisição (nas empresas privadas que ficaram sem o protecionismo após a abertura comercial) e privatização (vendas das Estatais). Para comprovar este fato será dado um enfoque em alguns setores em que a tendência ao conceito de centralização poderá ser evidenciada.

Pretende-se ao final demonstrar que o conjunto de medidas de combate à inflação, política de juros altos, desestatização, abertura comercial, dentre outros, apenas incentivaram a entrada de investimentos externos diretos, tendendo à centralização do capital, aumentando a dependência externa e deixando o país vulnerável.

CAPÍTULO 1

A Globalização e a Nova Ordem Mundial

1. Introdução

Este capítulo objetiva caracterizar o conceito de globalização, traçando um breve histórico, sem esquecer, no entanto que o Neoliberalismo foi a base de sustentação para todo este contexto mundial de economia globalizada.

Nesse sentido, um fato relevante a ser discutido é que através da globalização as relações mundiais transformaram-se e os mercados abriram-se para a entrada de produtos, empresas, idéias, capitais, dentre outros. Fazendo assim com que nações aumentassem suas participações no mercado mundial.

1.1 Conceitos de Globalização

Nas últimas décadas vem ocorrendo um processo de transformação na política e na economia mundial. Grandes corporações internacionais expandem seus limites de atuação ganhando fatias importantes de mercado e fazendo com que haja uma integração entre os mesmos.

*“A globalização pode ser definida como a interação de três processos distintos, que tem ocorrido ao longo dos últimos vinte anos e afetam as dimensões financeira, produtivo-real, comercial e tecnológica das relações econômicas internacionais”.*¹

Estes três processos distintos referem-se primeiro a um acirramento na concorrência internacional, mais ligado à globalização financeira. Nas relações internacionais existem empresas bancárias de um lado e não bancárias do outro. Isto ocorre causa da atuação dos grupos

¹ Gonçalves (1999: p. 10).

multinacionais no sistema financeiro internacional, buscando os “mercados emergentes”. Outro fator é a expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais, e também crescente integração dos sistemas econômicos nacionais.

A mobilidade internacional do capital permitiu com que os investimentos externos diretos (IED) patrocinassem a entrada da empresa estrangeira em outras economias através de subsidiárias ou filiais.

No período de 1991-97 a renda mundial cresceu a uma taxa média de 4,9% enquanto o fluxo de IED cresceu 12,1%, as relações contratuais (pagamentos de royalties e taxas) cresceram 12,2% e o comércio mundial cresceu 7,2% ao ano.

No Brasil o total de capitais estrangeiros aplicados em atividades produtivas subiu de US\$ 154 bilhões de dólares para US\$ 186 bilhões entre 1999 e 2000.²

“Na verdade a globalização faz com que atividades e agentes econômicos trabalhem de forma planetária, ou seja, ocorre uma intensa circulação não só de mercadorias, mas também de capitais.”³

“A globalização resulta da superação de barreiras à circulação internacional de mercadorias e de capitais, antes contidas em fronteiras nacionais ou dentro de blocos regionais de comércio.”⁴

Com isto a concorrência é maior. Esta abertura pode ser a nível mundial, nacional, regional ou local.

“A Globalização é acima de tudo um fenômeno financeiro, mas com projeções significativas nos sistemas de produção.”⁵

² Banco Central (2001).

³ Carcanholo (1997: p. 200).

⁴ Singer (1997: p. 522).

⁵ Furtado (1999: p. 75).

Essas mudanças no sistema de produção, na verdade nos leva a um paradoxo, pois se de um lado necessita-se por parte dos trabalhadores um maior comprometimento, devido à inovação tecnológica, este novo paradigma acaba por causar desemprego.

Entretanto para entender o processo de globalização, de abertura e fechamento dos mercados é preciso voltar na história do capitalismo, pois nele existem os monopólios e oligopólios, as fases de superação de um sobre o outro, juntando-se a isto o liberalismo e o neoliberalismo, a que provocou mudanças nas relações internacionais fortalecendo a globalização.

1.2 Histórico da globalização

Nos séculos XV e XVI, ocorreram grandes descobrimentos, que resultaram em um comércio mundial entre a Europa e o Extremo Oriente. De certo modo houve uma globalização dos mercados de especiarias, metais preciosos, que se tornaram mais competitivos. Nesta época o pacto colonial, obrigava a colônia a comercializar somente com a metrópole. Disputas ocorreram e os mercados se fecharam. O Tratado de Tordesilhas dividiu o mundo recém-descoberto entre Espanha e Portugal, excluindo os outros reinos do mercado globalizado. Com a contestação deste monopólio pelos holandeses e britânicos, ocorreram avanços e recuos na globalização.

Já durante os séculos XVII e XVIII, barreiras foram eliminadas entre os reinos e os mercados se abriram para competição externa, mas a concorrência dentro de cada reino esbarrava nas restrições à competição entre reinos. Pior então era a imposição feita pela política mercantilista caracterizada pela desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais, onde se procurava ampliar a exportação de cada reino e diminuir a importação, para haver um saldo positivo e aumentar o tesouro da mesma. Então o comércio internacional estava coagido por políticas de desenvolvimento via exportação que eram mutuamente incompatíveis.

Era, logicamente, impossível que todos os reinos expandissem ao mesmo tempo as exportações sem que as importações aumentassem.⁶

A doutrina mercantilista⁷, que defendia o acúmulo de divisas por meio de medidas protecionistas, impunha barreiras ao intercâmbio entre nações. Isto contribuía para forte expansão das manufaturas nos séculos XVII e XVIII, na Grã Bretanha, França, dentre outros.

Para que uma doutrina nova substitua outra seria necessária haver um ajuste de interesse da classe ascendente opostos aos interesses da classe dominante. Foi isto que aconteceu com o liberalismo que destronou o mercantilismo. Adam Smith, em 1776, publicou a Riqueza das Nações, no qual demonstrou que esta riqueza provinha do aumento da produtividade do trabalho, resultante da ampliação dos mercados. Junto a esta publicação, nascia a burguesia industrial, que empregava crescente capital fixo, pelo desenvolvimento maquinário que ocorria na época, isto é, maquinaria cara, o que a tornava interessada na expansão do mercado.

Com o desenvolvimento da indústria, foi necessário um maior o uso de máquinas, tendência esta identificada por Marx⁸ que formulou a teoria do aumento da composição orgânica do capital, no qual afirmou que o progresso tecnológico exige o emprego crescente de trabalho morto, incorporado ao capital fixo (equipamentos) em relação ao trabalho vivo (representado pela compra de trabalho assalariado).

Todavia o que importava era que cem anos após a publicação da Riqueza das Nações, a burguesia industrial não parou de crescer e se expandir, globalizando sua influência política e ideológica. As empresas cresciam e aumentavam seus ganhos de escala, pelo uso intensivo de capital fixo, e para sustentar os custos, que eram pesados, a produção era maximizada de modo que a receita de vendas fosse maior que o custo e desse ainda uma margem de lucro, e a maneira de conseguir isto seria através da expansão dos mercados.

⁶ Ver Singer (1997: p.523).

⁷ O mercantilismo é uma doutrina econômica que caracteriza o período histórico da revolução comercial (séc. XVI – XVIII) marcado pela desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais.

⁸ Marx, Karl Heinrich. Filósofo e economista alemão (1818 – 1883), o mais eminente teórico do comunismo.

A 1ª revolução industrial (iniciada por volta de 1780) teve seu berço na Inglaterra e o mercado mundial como base para a expansão. O livre-cambismo só foi adotado com o fim dos *corn laws* (legislação inglesa que restringia a importação de cereais), que eram baseados na proteção à agricultura britânica, sob a forma de preços mínimos dos cereais. Se os preços agrícolas fossem maiores que estes mínimos poderia haver importações, caso contrário à mesma era suspenso. A França e outros países Europeus também seguiram este exemplo, mas com o avanço industrial, o livre-câmbio foi adotado, juntamente com a expansão dos meios de transporte, principalmente ferrovias, o encurtamento econômico das distâncias globalizava os mercados e a hegemonia burguesa.

Várias lei e reformas institucionais ocorreram para melhorar o comércio entre os mercados mundiais culminando em tratados de livre comércio e também os países procuraram especializar-se em função das vantagens comparativas, com economias de escala e aumentos de lucros. Houve um crescimento das exportações e as firmas ineficientes foram obrigadas a melhorar ou fechar. Mas este livre câmbio não se confirmou e ocorreram vários fechamentos.

Houve um comércio intenso de cereais vindos dos Estados Unidos e Rússia para a Europa Central e Ocidental, facilitado por redes ferroviárias, a preços baixos e que ameaçavam o campesinato das potências industriais e é claro que isto desencadeou uma reação ao livre câmbio levando ao seu encerramento.

A entrada destes grãos permitida pela Grã Bretanha, realmente prejudicou sua agricultura e o campesinato, tudo com o intuito de garantir a sua liderança. O declínio da agricultura causou grande sofrimento aos setores da sociedade que obtinham sua renda de fontes agrícolas iniciando uma das primeiras experiências de Depressão Econômica (entre 1873 e 1896).⁹

Durante esta primeira experiência de Depressão Econômica alguns acontecimentos fizeram com que a mesma se intensificasse como padrão-ouro que fazia com que as autoridades

⁹ Ver Singer APUD Roebuck (1973: p.38).

monetárias mantivessem o poder de compra do papel-moeda que eles emitissem. Para isso o câmbio mantia-se fixo, garantindo assim que o papel-moeda tivesse o equivalente a ouro numa proporção previamente declarada. Para não aumentar o déficit na balança comercial, cada governo acompanhava a evolução dos preços internacionais. Ao primeiro sinal de inflação, o governo recolhia o papel-moeda, forçando a retração do crédito e a elevação dos juros, o que contrariava a demanda efetiva e deste modo revertia a subida dos preços. Como era impossível dimensionar o arrocho monetário de modo a preservar o poder de compra da moeda, o que acontecia era que os preços eram derrubados, a inflação era transmutada em deflação e o *boom* em depressão.¹⁰

A Depressão já citada (1873 – 1896) fez com que houvesse uma cautela maior na competição e a concentração do capital se acentuou através de cartéis, *trusts*, *holdings*, fusões, dentre outros. O capital financeiro era quem financiava os competidores e os monopólios. Este tipo de organização avançou com extrema rapidez nos Estados Unidos e estas grandes empresas oneraram o processo de ajustamento. Os *pools*, associações informais que dividiam o mercado entre si, funcionavam em época de alta do ciclo, porque havia expansão da demanda, caso contrário, os competidores lutavam por cada fatia do mercado.

Esta organização monopolista e/ou oligopolista avançou rapidamente pelos Estados Unidos. Entretanto com a crise agrária e a Grande Depressão (ambas ocorridas entre 1873 – 1896) houve uma diminuição na confiança de que a economia se recuperasse por si só.

A partir de 1870 as nações estavam se constituindo em unidades organizadas, suscetíveis de padecer pelos deslocamentos provocados por todo ajuste repentino às necessidades do comércio exterior. Portanto, a expansão do mercado viria a ser acompanhada de medidas protecionistas com o intuito de proteger o campesinato e outros produtores menos competitivos.

A globalização gerou deslocamentos sócio-econômicos dos grupos marginalizados de trabalhadores, mulheres e camponeses. Estes se organizaram com o propósito de obter leis que

¹⁰ Ver Singer (1997: p.527).

os protegesse. Havia uma força potencial que obrigava aos governantes tomarem medidas que atendessem as reivindicações.

Ajustamentos ocorreram com o aparecimento dos monopólios.

1.3 Concentração e centralização do capital

O ajustamento ocorrido através do surgimento de monopólios e/ou oligopólios foi chamada por Marx de: “concentração de capital” e “centralização do capital”.

A concentração do capital é a situação em que poucas empresas detêm parte considerável de capital, investimentos, vendas e força de trabalho. O grau máximo de concentração é o monopólio. O aumento do progresso técnico é característica forte da concentração.¹¹

Por exemplo, a máquina a vapor tornou vantajosa a concentração de grande número de outras máquinas ao redor do motor, para aproveitar o máximo de energia. Com o surgimento do motor elétrico que substituiu a máquina a vapor, o motivo específico de concentração deixou de existir, entretanto aumentaram os custos de instalação e manutenção do capital fixo assim como da preparação, supervisão e controle do trabalho de execução. Para repassar este custo era necessário um volume de produção suficientemente grande, sendo necessário um aumento do tamanho da planta.

A economia de escala acentuava-se cada vez que os custos indiretos cresciam em relação aos diretos e este crescimento era motivado pelas novas tecnologias e pelas conseqüentes modificações na divisão social do trabalho interna à empresa.¹²

¹¹ Sandroni (1985).

¹² Singer, (1997).

“A centralização do capital resulta no aumento do tamanho da empresa pela absorção de capitais mais débeis por outros mais fortes ou a fusão de empresas, tendo em vista reduzir a competição”¹³.

Esta tendência é observada em época de crise econômica. Quando os mercados se contraíam ocorriam perdas para os agentes, entretanto a capacidade de suportar estas perdas diferem de empresa para empresa. As mais fracas sucumbiam ou fechavam cedendo lugar as outras empresas fortes.

De qualquer modo, ao fim do processo o número de capitais individuais em cada mercado era substancialmente menor do que antes da crise, o que tendia a mudar o caráter da competição entre eles.

A concentração do capital é ligada ao avanço tecnológico e a centralização do capital foi devido a concorrência entre os capitais individuais.

Vários elementos contribuíram para a concentração e centralização tais como: surgimento de mercado de massa que foram produzidos pelas ferrovias, comunicações e urbanizações.

Com o avanço da tecnologia, novas formas de dirigir as empresas foram implementadas. Nessa nova economia, ocorre um aumento de firmas que atuam em vários países, na qual definem suas estratégias de investimentos, administração de produção, aspectos logísticos não mais a partir de dados no país de origem, mas com base em análise da competitividade nos países onde atuam. Isto tende a uma centralização da concorrência internacional em um número cada vez menor de ‘empresas globais’.¹⁴

Vários diferenciais são utilizados para ganhar parcelas de mercado tais como: diferenciação do produto, inovação de produto e processo e publicidade. A inovação, principalmente, é um

¹³ Singer (1997).

¹⁴ De acordo com Iaccerda (1999) as empresas globais definem suas estratégias baseadas em todos os mercados em que suas firmas estão instaladas.

fator importante para se ganhar partes do mercado. Estas inovações fazem com que a firma que inovou primeiro tenha custos menores, portanto ela acaba usufruindo maiores lucros durante o período em que os concorrentes ainda não conseguiram imitá-la. Se a inovação pode baixar os preços isto acaba por atrair novos consumidores ao mercado, expandindo, assim, as vendas que levam ao aumento nos lucros.

Aliás, o fato do sistema capitalista ser movido por inovações não é novidade. O que há de novo é a velocidade e profundidade dessas inovações, devido à globalização e ao acesso rápido e fácil às informações.

Os capitais monopolistas empenham-se na inovação, mesmo sem o aumento do preço, porque quando a firma é a primeira a ter custo menor, ela usufrui de um lucro extraordinário durante um período e porque preços baixos atraem novos consumidores. Estes novos consumidores são aqueles em que a renda pode suprir as necessidades básicas e ainda sobra uma parte que pode ser gasta com supérfluo, portanto é interessante reduzir custo para poder baixar preço.

Os investimentos das firmas monopolistas têm a intenção de se defender dos ataques dos competidores, portanto isto explica a forte tendência à centralização do capital entre os próprios capitais monopólicos.

Neste momento pode ocorrer fusão e aquisição. O planejamento centralizado, em nível de empresa, existe como forma de se manter o domínio do mercado, mas é claro que não pode existir uma fusão total de todos os capitais, pois caso isso ocorra não haveria a livre concorrência.

Este planejamento centralizado faz com que empresas fortes procurem novos mercados, surgindo, assim, as multinacionais.

A multinacional é uma estrutura empresarial básica do capitalismo dominante nos países altamente industrializados. Caracteriza-se por desenvolver uma estratégia internacional a partir de uma base nacional sob a coordenação de uma direção centralizada. Também é conhecida pela denominação de empresa internacional ou transnacional.¹⁵

Através da empresa multinacional, a globalização adquire outro caráter e começa a internacionalização da produção.

A internacionalização da produção além de gerar emprego e conseqüentemente renda, faz com que ocorra uma substituição de importação pela produção nacional, ou seja, em vez de importar, os produtos são produzidos internamente através da nova maneira de produzir, logo este fato contribui para o equilíbrio da balança de pagamentos.

Em mercados monopolizados pode existir também tarifas protecionistas ou *dumping*. Tarifas estas que iam para as mãos dos capitalistas, sob a forma de proteção às suas firmas e é claro aos seus poderes e lucros. Os países pequenos não podiam penetrar neste mercado globalizado, por causa do protecionismo.

Os acontecimentos históricos e/ou econômicos, parecem ocorrer de forma cíclica, pois nos dias de hoje os determinantes da globalização¹⁶, são os mesmos ocorridos na história da mesma.

Estes fatores são: tecnológicos, institucionais e sistêmicos.

Os fatores tecnológicos estão ligados ao desenvolvimento da informática e das telecomunicações, fazendo com que os custos operacionais reduzissem. Os fatores institucionais, nos dias de hoje, estão associados as idéias liberais, tendo com referência os governos de Thatcher na Grã-bretanha e Reagan nos EUA (Estados Unidos da América), gerando desregulamentação do sistema econômico em escala global.

¹⁵ Sandroni (1985).

¹⁶ Gonçalves (1999).

Como ocorrera no passado, guardadas às devidas proporções. O terceiro fator é o sistêmico ou a ocorrência de um movimento de acumulação em escala global, ou seja, caracterizado pela insuficiência de demanda agregada.¹⁷

Entretanto a globalização em que se fala atualmente e que através dela Marx pode conceituar a concentração e a centralização do capital, fortaleceu-se pelos princípios neoliberais.

1.4 Neoliberalismo

O mundo antigamente foi tão ou mais globalizado do que hoje em dia. Os determinantes acabam se repetindo, as atitudes e as idéias também, mas falar em globalização sem falar nos princípios neoliberais, não seria coerente.

Em séculos passados, o pacto colonial e o mercantilismo foram destronados pelos economistas clássicos e suas idéias liberais, reforçadas depois pela escola neoclássica. Mais tarde com a grande depressão¹⁸ (1929), os princípios da teoria neoclássica foram contestados por Keynes. No entanto, hoje as idéias giram em torno do neoliberalismo.

Os princípios gerais eram:

- Individualismo* no qual considerava que cada indivíduo possuía características próprias. Sendo assim as desigualdades eram naturais, decorrentes das habilidades particulares. Ao Estado caberia proporcionar desenvolvimento ao indivíduo.
- Liberdade* relacionada ao individualismo. A partir da liberdade individual decorre a liberdade econômica, intelectual, religiosa e política. Para os neoliberais nada pode restringir esta liberdade individual mesmo que ela seja contrária aos interesses coletivos.

¹⁷ De acordo com Gonçalves (1999) os países desenvolvidos acabam tendo um problema doméstico de realização do capital, então eles transferem recursos da esfera produtivo-real para a financeira e ocorre uma expansão deste capital para o mercado internacional.

¹⁸ Esta Grande Depressão (1929) é a mais conhecida na literatura econômica. Iniciou-se no âmbito do sistema financeiro Americano, espalhando-se para outros países provocando depressão mundial.

- Propriedade* é compreendida como um direito natural ao indivíduo. Ao Estado caberia a proteção dos interesses do homem, que pelo seu próprio esforço acumularia bens e propriedades.
- Igualdade* refere-se a igualdade civil, perante a lei e não em relação às condições materiais, pois como os homens não são iguais intelectualmente, não podem ser em riquezas. O mercado seria uma “instituição superior” e deveria proporcionar uma união e ordenação entre os diferentes interesses. O mercado seria fonte de “toda ética”.¹⁹

Os neoliberais defendem o disciplinamento da economia de mercado, mas não acreditam na autodisciplina do sistema. Para que o mecanismo de preços existisse era imprescindível assegurar a estabilidade financeira e monetária e este disciplinamento da economia seria feito pelo Estado, ou seja, ao Estado caberia uma participação mínima no sentido de que o mesmo não mais atuaria na produção de mercadorias, mas regulamentando, mantendo o equilíbrio de preços, políticas de combate à inflação, e também fiscalizar a formação de monopólios que prejudicaria a livre concorrência.

Apesar desta participação do Estado ter diminuído, foi com a ajuda do mesmo que muitas nações conseguiram desenvolver-se através de suas medidas protecionistas, na época da acumulação primitiva do capital, com investimentos públicos, por exemplo. Ou melhor, a intervenção Estatal foi muito importante nos setores e momentos em que a iniciativa privada não o fez.

A partir dos ideais neoliberais surgiram novos processos de produção, acesso à tecnologia, inserção de empresas multinacionais, dentre outros, buscando a universalizar as relações internacionais. Neste contexto na década de 90 o marco importante que caracterizou o processo de globalização, principalmente dos países em desenvolvimento, foi o Consenso de Washington.

¹⁹ * Furtado (1997).

1.5 Consenso de Washington

O Consenso de Washington foi um modelo baseado no neoliberalismo e elaborado por americanos. Representantes do FMI (Fundo Monetário Internacional), BID (Banco Internacional de Desenvolvimento), Banco Mundial e funcionários do governo americano. Tendo, contudo, a participação de grandes conglomerados econômicos e financeiros.

Este modelo baseava-se na disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, abertura às importações, investimento externo estrangeiro, privatização, desregulamentação, propriedade intelectual.

Para refinanciar as dívidas externas dos países latino-americanos, estes teriam que se adaptar ao modelo. Vale ressaltar que o Plano Real (no qual foi implantado na década de 90 no Brasil) surgiu com base no Consenso de Washington.²⁰

Nesse fim de século prevalece a tese de que o processo de globalização dos mercados há de se impor no mundo todo, independentemente da política que este ou aquele país venha a seguir. Trata-se de um imperativo tecnológico, semelhante ao que comandou o processo de industrialização que moldou a sociedade moderna nos dois últimos séculos.²¹

As idéias neoliberais começaram a ser implantadas, como já exposto, no final da década de 70, pelos governos de Thatcher e Reagan.

A economia inglesa passou por uma liberalização onde houve forte contração monetária, com aumento da taxa de juros, processo de privatizações em que em 10 anos o país recebeu US\$ 60 bilhões com a venda de 50 estatais, abolição do controle de fluxos financeiros, legislação anti-sindical e cortes nos gastos sociais.

²⁰ Segundo Portela (1994) infelizmente a lista do modelo não incluía a prevenção de fuga de capital, combate a pobreza, melhoria na distribuição de renda ou quaisquer medidas de repressão aos abusos de poder econômico.

²¹ Furtado (1999: p. 26).

No caso dos EUA, os princípios neoliberais estavam relacionados a competição militar com a União Soviética, com o intuito de derrubar o regime comunista. Neste sentido, não houve um disciplinamento fiscal. Ao contrário dos Britânicos, os americanos provocaram um déficit público.

Na década de 80, a hegemonia destas idéias teve grande alcance mundial.

A queda da taxa de inflação que era uma das prioridades imediatas a ser combatida, nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), caiu de 8,8%(anos 70) para 5,2% (anos 80). A taxa de lucro, das empresas da mesma região, nos anos 70 caiu 4,2%, mas nos ano 80 aumentou 4,7% aliada a meta de queda da inflação. O neoliberalismo tinha o objetivo de aumento de lucro das empresas, na Europa Ocidental esta taxa aumentou para 5,3%. A taxa de desemprego, entretanto, quadruplicou na década de 80 com enfraquecimento dos sindicatos.

Os países capitalistas mais desenvolvidos apresentaram as seguintes taxas de crescimento: anos 60, o crescimento era 5,5%; anos 70 caiu 3,6% e nos anos 80 para 2,9%. A América-latina implementou as medidas neoliberais na década de 80. O resultado foi um desastre. Na década de 60, havia o Estadismo, as economias cresceram a uma taxa de 5,7% e 5,6% na década de 70, mas nos anos 80 a taxa passou para 1,3%.²²

1.6 Megablocos Econômicos

Em uma economia globalizada e cada vez mais competitiva, a constituição de blocos econômicos visa dar resposta à constante necessidade de lucros, de acumulação de capital.

²² Ver Carcanholo (1997: p.204).

Com o intuito de diminuir ao máximo as barreiras ao fluxo de mercadorias, capitais, serviços ou mão-de-obra, os países integrantes de um bloco fortalecem-se diante de outros blocos ou de países isolados. Alguns destes blocos são: União Européia, Nafta, Asean, Apec, Mercosul, outros.

Depois do Consenso de Washington e com a inserção dos países Latino-Americanos na globalização, fez-se necessário a união dos mesmos em bloco. A criação do Mercosul foi em dezembro de 1994 com quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Dois anos depois aderem ao tratado Chile e Bolívia. Estes países somam juntos um PIB (Produto Interno Bruto) (1999) superior a US\$ 1 trilhão de dólares.

O processo de globalização tem acentuado a tendência da concentração e centralização, já que as grandes corporações passaram a ter uma mobilidade espacial e uma capacidade de competição sem precedentes.

A multinacional tem uma matriz, uma sede em determinado país, mas estas corporações conseguem movimentar-se através das suas fronteiras nacionais. Este fato fortalece a volatilidade do capital.

Mas as entradas de multinacionais ou transnacionais encontraram algumas dificuldades ou protecionismo por parte de alguns países. Então para reduzir este protecionismo surgem os acordos multilaterais como é o caso da OMC (Organização Mundial do Comércio) (antigo GATT).

O GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), foi estabelecido em 1947 e passou por várias rodadas de negociações, com o intuito de aprovar regras para estimular o comércio mundial através redução tarifária. Em 1994 foi criado a OMC no qual passou a ter o mesmo *status* que o BIRD e o FMI, tendo forças para fiscalizar e fortalecer o comércio multilateral.

A realidade hoje é que, no Brasil, com as políticas neoliberais e é claro a globalização, os resultados não são satisfatórios, pois existem elevados níveis de desemprego (em dezembro de 2001 foi de 6,99% segundo o IBGE), já que o mercado de trabalho não tem condições de se globalizar, concentrando renda e também, o qual não se esperava, havendo uma redução na taxa de crescimento. Isto nos trás de volta ao passado.²³

1.7 Conclusão

A globalização, com suas bases Neoliberais transformou o mundo. As nações ricas do Hemisfério Norte implantaram conceitos, pensamentos e formas de agir em todas as áreas sobre os países emergentes, menos desenvolvidos ou subdesenvolvidos ou até os dependentes e vulneráveis países do terceiro mundo.

As relações econômicas, sociais, trabalhistas, estão subordinadas ao capital, as multinacionais, aos grandes grupos econômicos.

O Brasil é um destes países que na década de 80, iniciou uma fraca abertura econômica, sendo este fato implementado nos anos seguintes.

A inserção do Brasil na globalização de acordo com os princípios neoliberais será tratado no capítulo seguinte bem como a tendência a concentração e/ou centralização do capital e dependência maior ao capital externo.

²³ Ver citação Singer (1997: p.6) no qual diz que era impossível que todos os reinos expandissem ao mesmo tempo.

CAPÍTULO 2

A Inserção do Brasil na Globalização

2. Introdução

As questões levantadas sobre globalização e neoliberalismo abordadas a partir da inserção do Brasil neste novo contexto, buscaram enfatizar os efeitos da abertura econômica no comércio mundial.

Adentrando o percurso político e econômico nacional, pode-se relatar que no governo José Sarney (de 1985/1989) alguns sinais de abertura comercial foram observados em segundo plano, pois a meta de trabalho político primordial era o de combater a hiperinflação.

Já no governo Collor de Melo houve a implantação dos ideais neoliberais e uma abertura econômica geral.

O Plano Real, quando criado, não visava apenas o combate a inflação, mas também procurou inserir o Brasil na globalização. Neste sentido, o plano levou o país a um certo crescimento e desenvolvimento gerais, apesar de provocar, por outro lado, uma centralização de capital e também dependência maior do país ao capital externo.

2.1 Antecedentes da Abertura (Governo Sarney)

2.1.1 Plano Cruzado

Os planos do governo Sarney buscaram enfatizar a política econômica, dando ênfase ao combate a inflação, entretanto a taxa anual de inflação quadruplicou entre o início de 1985 e o final de 1988. As taxas anuais eram próximas a 1000%.

Tabela I - Inflação no Brasil 1985 / 1989

Ano	Inflação %
1985	242,2
1986	75,5
1987	394,6
1988	993,3
1989	1863,6

Fonte: Cepal APUD Oliveira, 1999.

Os ministros deste governo eram adeptos de correntes de pensamento diferentes. O ministro Dornelles, que predominou na primeira fase, defendia a corrente ortodoxa.

A corrente ortodoxa ou inercialista separa o processo inflacionário em choque e tendência, no sentido de que a partir de determinado momento a inflação adquire certa autonomia, isto é torna-se inflação inercial. Ou seja, a inflação do período passado determina a atual, a qual determinará a futura.

Esta inércia resulta dos mecanismos de indexação (correção monetária de preços, salário, câmbio e ativos financeiros) que tendem passar a inflação passada para o futuro. No caso de não haver choques a inflação permanece no patamar vigente.

As medidas adotadas eram de austeridade fiscal, controle monetário-creditício e controle tarifário como forma de diminuir as pressões inflacionárias.

Entretanto estas medidas foram poucas impactantes, embora tenha ocorrido crescimento do PIB (pois neste período ainda havia o protecionismo e também ocorreu aumento dos gastos dos consumidores), a partir de junho de 1985, observou-se uma aceleração inflacionária.

Tabela II – Taxa de Variação do PIB (%) 1985 / 1989

Ano	PIB %
1985	8,3
1986	7,5
1987	3,6
1988	(0,2)*
1989	3,2

Fonte: IBGE (1990)

* Valor negativo

Em agosto de 1985 no lugar do ministro Dornelles, assume Dílson Funaro. O mesmo era contrário ao combate ortodoxo à inflação, pois se apoiava em economistas pós-Keynesianos. O argumento baseava-se no setor de matérias-primas (concorrencial) em que o preço é resultado da interação da oferta e da demanda, o produtor era tomador de preço e o setor industrial (oligopolizado) em que o produtor é formador de preço.

Através destas duas correntes surgiu o Plano Cruzado. Inúmeras medidas foram tomadas, dentre elas a substituição do cruzeiro pelo cruzado.

As principais medidas foram: ²⁴

- Salário: deveria ser convertido pelo poder de compra dos últimos seis meses, mais um abono de 8% e para o salário mínimo o abono era de 16%. Houve também a introdução do gatilho que seria utilizado a cada vez que a inflação atingisse 20%. Entretanto esta medida era de indexação e instabilizava o plano.
- Preços: em 28 de fevereiro de 1986 os preços foram congelados, com exceção da energia elétrica que teve aumento de 20%. Vários setores foram pegos com preços defasados.

²⁴ Vasconcelos (1999).

- Taxa de câmbio: fixada no nível de 27 de fevereiro, mas não ocorreu maxidesvalorização, por causa da folga cambial.
- Aluguéis: os valores médios eram recompostos por fatores multiplicadores.
- Ativos Financeiros: a ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) foi substituída pela OTN (Obrigações do Tesouro Nacional), porque tiveram seus valores congelados por 12 meses. Nos contratos pós-fixados os juros acima da correção monetária transformaram-se em juros nominais. Para os contratos prefixados introduziu-se a *tablita*, uma tabela de conversão com desvalorização diária de 0,45%, com o objetivo de retirar a inflação embutida.

As políticas monetárias e fiscais não tiveram políticas específicas. O principal elemento do plano, na verdade, era o congelamento de preços, no qual o governo teve apoio da sociedade. Houve uma queda da inflação (que em 1985 era de 242,2% passando para 75,5% em 1986). Entretanto este fato teve impacto no consumo, não só pela queda da inflação, mas por causa do aumento do salário real.

Todavia, o governo foi obrigado a implantar o “cruzadinho” com o objetivo de desaquecer o consumo. A expectativa de descongelamento fez com que aumentasse o consumo e o governo permaneceu, até o fim do ano de 1986, sem mudar suas ações.

2.1.2 Cruzado II

O Plano Cruzado II foi lançado em 21 de novembro de 1986. Era um plano baseado em aumento de tarifas e impostos. Vários setores pressionaram o governo por aumentos sendo que isto ocorreu com diferentes ponderações.

O gatilho ficaria limitado a 20% e o excedente iria para o gatilho seguinte. O gatilho disparou em janeiro de 1987 porque a inflação atingiu 16,8%.

Em fevereiro de 1987 o governo decretou moratória, pois neste mês houve rompimento no controle de preços, correção da OTN e volta da indexação. Com o longo tempo de congelamento as condições de oferta foram prejudicadas, a economia estava desaquecida pela queda da demanda. Os saldos negativos da balança comercial fizeram com que as reservas do país caíssem.

Por estes fatores a moratória foi decretada. Em abril de 1987 a inflação já estava em 20% ao mês, e o ministro Bresser Pereira assumiu implantando o Plano Bresser.

2.1.3 Plano Bresser

Em primeiro de maio o cruzado sofreu uma minidesvalorização de 7,5% (corrente ortodoxa), entretanto o plano anunciado em 12 de junho de 1987, continha elementos heterodoxos.²⁵

Principais medidas:

- Salário: congelado por três meses com o resíduo da inflação sendo pago em seis meses a partir de setembro.
- Novo congelamento por três meses, entretanto aluguéis e preços foram aumentados (principalmente públicos).
- Câmbio: desvalorização de 9,5% com minidesvalorizações diárias.
- Contratos pós-fixados foram mantidos e os pré-fixados foi instituída uma tablita com desvalorização de 15% ao mês.
- Criou-se a URP (unidade de referência de preços) que corrigia os salários.

Neste plano foi adotada política monetária e fiscal com a taxa de juros reais positivos com a intenção de inibir a especulação e por outro lado reduzir o déficit público.

²⁵ Vasconcelos (1999: p. 281).

Entretanto quando houve descompressão a inflação voltou com pressões por reposição salarial. Bresser Pereira demitiu-se e Maílson da Nóbrega assumiu o ministério. Novamente um novo plano foi implantado.

2.1.4 Plano Verão

Em 1988 foi adotada a política “feijão-com-arroz”²⁶. Não houve choques heterodoxos, a inflação foi projetada em 15% ao mês e visava reduzir o déficit do governo de 8% do PIB para 4%.

Para isto os empréstimos ao setor público foram congelados, contenção dos salários e redução no prazo de recolhimento dos impostos. A moratória foi suspensa.

No entanto, no início de 1989 o governo adotou o Plano Verão, pois a inflação apenas no primeiro semestre de 1988 ficou abaixo dos 20% ao mês, mas no segundo semestre de 1988 a inflação foi de 26,9% em novembro e 28,8% em dezembro, sinalizando para uma taxa superior a os 30% em janeiro de 1989.

Novo congelamento e reforma monetária com a introdução do cruzado novo que levou ao corte de três zeros no cruzado. NCz\$ 1 = Cz\$ 1.000.

As medidas permaneceram as mesmas do plano anterior. Em relação ao câmbio houve uma desvalorização de 18%, com rompimento das minidesvalorizações e a taxa de câmbio fixa NCz\$ 1 = US\$ 1

O fim do governo Sarney coincidiu com o fim do Plano Verão, marcado por incertezas quanto ao futuro e inflação acelerada caminhando para a hiperinflação, chegando a taxa de 80% no último mês de governo. Os desequilíbrios internos não foram resolvidos apesar de o governo findar com um superávit comercial de US\$ 19 bilhões em 1988, dado ao crescimento do comércio internacional.

²⁶ Vasconcelos (1999: p. 282).

No que se refere a abertura comercial, esta apenas foi observada com a entrada dos importados para suprir a escassez de produtos, não havendo assim durante o governo uma tendência à centralização do capital com altos investimentos externos diretos. Pois o que ocorreu, portanto, foi uma abertura comercial sem que o Brasil estivesse inserido na globalização.

2.2 Governo Collor e a abertura comercial

2.2.1 Início do Plano Collor

Novamente o combate a inflação foi o objetivo principal de mais um plano. Diferente dos planos do governo Sarney, a inflação desta época foi caracterizada pelo excesso de liquidez.

O Plano Collor (oficializado pela medida provisória nº 168) foi composto por instrumentos de concepção liberal e de origem Keynesiana e de tradição heterodoxa.²⁷

No discurso de posse de Collor ele afirmou: “(...) Ser competência prioritária da livre iniciativa – não do Estado – criar riqueza e dinamizar a economia, e do Estado planejar o desenvolvimento e assegurar à justiça o sentido amplo e substantivo do termo”.²⁸

No entanto, o que se viu de início, foi algo totalmente novo e diferente dos outros planos. Um confisco geral parece ter sido a grande âncora do plano. O impacto inicial levou a uma queda no nível de atividade e desestruturação do sistema produtivo, em termos de condições de emprego e produção.

As medidas deste plano afetaram as áreas monetárias, financeiras, fiscais e de comércio exterior.

²⁷ Paiva (1990).

²⁸ Paiva APUD Collor de Melo (1990: p.36).

Na área monetária houve a criação de uma nova moeda – o cruzeiro, que substituiu o cruzado novo, com mesma paridade. Além do confisco houve também uma conversão dos recursos aplicados em curto prazo ou em depósitos para cruzeiro, 50.000 cruzeiros (aproximadamente US\$ 1200 dólares ao câmbio oficial da época) para depósito à vista e caderneta de poupança. Aplicações no *overnight* e *openight* foram limitados a 25.000 cruzeiros ou 25% do saldo, o que for maior. Outras aplicações como fundo de curto prazo, renda fixa, CDB, RDB, letras de câmbio, o limite era de 20% dos saldos. Os outros ativos financeiros ficaram bloqueados por 18 meses, não podendo ser feita a conversão para cruzeiro. A partir de 09/1991 os recursos seriam liberados em 12 vezes e corrigidos monetariamente com juros de 6% ao ano.²⁹

As medidas fiscais foram: taxações no IOF (imposto sobre operações financeiras) sobre os ativos financeiros, a criação de novos tributos e até novas regras para o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), com aumento das alíquotas e redução nos prazos de recolhimento. Também foram medidas tomadas com o intuito de diminuir o déficit público. Este mesmo déficit viria mais tarde (1990) tornar-se superávit (inferior a 1% do PIB) circunstancial devido justamente à redução temporária de pagamento da dívida.

No setor externo foram tomadas medidas como o câmbio flutuante, integração econômica do país com o exterior (globalização) e estímulo a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do país.

Houve o congelamento geral de preços dos bens e serviços. Em relação à política salarial, foi mantida uma indexação plena apenas para o salário mínimo. Outros salários teriam reajustes automáticos mensais conforme os limites mínimos prefixados. A partir de maio de 1990 as diferenças de prefixação e inflação teriam que ser negociadas livremente, limitando o número de reajustes anuais e proibindo a indexação salarial.

²⁹ Sandroni (1998: p. 274).

No governo Collor, o Estado procurou mudar sua postura inicialmente com a introdução do PND (Programa Nacional de Desestatização). O PND reduziu o número de ministérios, extinguiu órgãos e funções gratificadas, alienou imóveis residenciais, mansões e automóveis, implantou novos critérios para admissão e até criou um código de ética para os servidores públicos. Estas medidas faziam parte do ajuste fiscal.

Entretanto o Estado agiu de forma contraditória, pois de um lado havia o programa de desestatização e austeridade administrativa, mas por outro ângulo mostrava todo o seu poder pelo uso exagerado de medidas provisórias e de instrumentos de política macroeconômica.

Em relação aos programas sociais “nada foi feito”³⁰. Os congelamentos de preços, juntamente com a política de prefixação de salários e preços apenas tentariam proteger o poder aquisitivo e eliminar as indexações sem, no entanto provocar reformas profundas no lado social.

O Plano Collor I foi anunciado um dia após a posse de Collor e três meses depois ele mostrava sinais de fracasso, devido às várias pressões. Iniciaram-se as “liberalizações direcionadas” para alguns setores da economia, monetizando a mesma, voltando, portanto, a inflação.

O ano de 1990 encerra-se com uma queda real de 4,6% do PIB, com uma taxa de desemprego (4,3%) e com altas taxas de inflação, conforme tabela abaixo:

Tabela III – Inflação no Brasil 1990 /1992

Ano	Inflação %
1990	1.584,4
1991	475,8
1992	1.172,2

Fonte: Cepal APUD Oliveira, 1999.

³⁰ Paiva (1990: p.38).

2.2.2 Collor II (mais um plano)

Basicamente, o Plano Collor II seguia as diretrizes do Plano anterior. O diferencial na verdade referia-se a política salarial, no qual o governo publica uma tabela que tinha como base a média dos salários dos últimos 12 meses. Outro ponto relevante foi o fim da indexação, que segundo o governo era a causa da volta da inflação.

Em relação a liberalização da economia, houve uma redução nas tarifas alfandegárias de 51% em 1987 para em média 14,2% em 1994³¹ e a assinatura do tratado de criação do Mercosul. Como já referido no capítulo anterior este tratado procurou viabilizar o comércio entre os países participantes.

Este novo Plano também fracassou, o Collor II foi chamado de “Plano Nada”³², pois havia uma profunda crise no setor produtivo, desemprego, aumento do déficit público, denúncias de fraudes que geraram crises políticas sérias, e o pior alta taxa de inflação como revelada na tabela III.

Collor de Melo governou o país apenas por dois anos e 8 meses (entre jan/90 a set/92) e foi deposto, deixando o país comprometido ainda mais, por causa de um novo empréstimo junto ao FMI superior a US\$ 1 bi, e sem solucionar os problemas aqui já mencionados, aliás até piores do que já estavam, ao não ser em relação a entrada obrigada do país a política neoliberal e a globalização.

Se o cenário do país era de hiperinflação, a inserção “obrigada” na nova ordem mundial sem planejamento antecipado penas facilitou a entrada de IED deixando o país vulnerável ao capital externo.

³¹ Gonçalves et al (1998)

³² Vasconcelos (1990: p. 229).

2.3O Plano Real

2.3.1 Antecedentes do Plano

O novo presidente do Brasil, Itamar Franco, assume a presidência em outubro de 1992. O quadro econômico do país depois da era Collor era muito preocupante devido à hiperinflação (1.172%).

Na verdade, o governo de Itamar Franco, que durou 2 anos, foi de grandes incertezas com vários ministros que comandaram a economia fazendo pouco pela mesma.

Só em maio de 1993 com a entrada de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, tomaram-se medidas de maior repercussão.

As principais medidas tomadas foram ³³:

1. Separação das contas do Tesouro e banco, definindo as respectivas responsabilidades;
2. Renegociação da dívida externa de médio e longo prazo;
3. O presidencialismo reafirmou-se como sistema de governo;

No entanto, a situação de hiperinflação convergia para uma busca de solução séria, pois em 1993 a inflação anual era de 2.700% e em 1994 era de 929%.³⁴

Nesse contexto, era primordial conter e reverter este quadro inflacionário, para se ter crescimento econômico dinâmico e sustentado.

³³ Leite (1999: p. 119).

³⁴ Costa & Melo (1999: p. 400)

2.3.2 Início do Plano Real

O Plano Real cuja elaboração iniciou com Itamar Franco, só foi lançado em julho de 1994.

Ainda no governo de Itamar foi apresentado um plano com o título de “Programa de Estabilização Econômica” onde criou-se a URV (Unidade Real de Valor) em fevereiro de 1994 que seria a ponte para o Real, possibilitando relativo realinhamento de preços no curto prazo.

O Plano foi dividido em fase:³⁵

1. O ajuste fiscal era a base da 1ª fase (ortodoxa), que objetivava equacionar o desequilíbrio nas contas do governo. Cria-se o IPMF (imposto provisório sobre movimentação financeira) com uma alíquota de 0,25% sobre o valor da operação, no qual, como o nome diz, seria provisório, mas que existe até hoje inclusive é alvo das discussões pré-eleitorais deste ano, e o FSE (fundo social de emergência) que se referia ao repasse do governo federal aos governos municipais e estaduais.

2. Na fase seguinte (heterodoxa) é que foi criada a URV, com o intuito de eliminar a inércia inflacionária através de uma indexação geral da economia, promovendo ajustes de preços relativos e procurando eliminar o conflito distributivo. Apesar dos preços serem cotados em URV exercendo assim seu papel de unidade de conta, a mesma não exercia meio de troca, portanto era utilizado para este fim o cruzeiro real.

3. Na terceira fase surgiu o Real com as 3 funções básicas da moeda, meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. Neste momento a expectativa do governo era eliminar a indexação e lógico a inflação inercial (como já exposto no item 2.1.1). Assim para que este novo plano desse certo, não poderia haver novos choques. Para isto o governo tomou algumas medidas preventivas.

³⁵ Vasconcelos (1999: p. 119-230)

A princípio a âncora cambial adotada, foi a grande engenharia do plano, pois houve um realinhamento de preços evitando com que houvesse pressões por aumento nos mesmos. Então em 30 de junho de 1994 a URV valia CR\$ 2.750 = R\$ 1 = US\$ 1.

O congelamento não foi utilizado, a inflação foi controlada por sobrevalorização do real em relação ao dólar fazendo com que as importações ficassem mais baratas devido justamente à taxa de câmbio sobrevalorizada.

A inflação depois da conversão caiu para 6,8% e depois para uma média mensal de 2% até o fim do ano (1994).

As medidas paralelas às fases de implantação do plano foram:

1. Políticas de taxas de juros real elevadas;
2. Aumento do recolhimento dos depósitos compulsórios junto ao Banco Central com o intuito de conter a expansão da demanda, apesar de que houve um aumento da mesma revelando a insensibilidade do consumidor aos juros altos, pois os mesmos só achavam relevante o valor das prestações fixas nas compras à prazo. Esta demanda também foi causada pela sensação de estabilidade e por haver uma demanda reprimida, pois o poder aquisitivo era baixo;
3. Impedimento da correção automática de preços, salários e impostos.

A medida tomada em relação ao Estado seguiu o caminho parecido ao Collor, entretanto com impactos maiores.

Ou seja, ao Estado caberia o papel de regulamentar e fiscalizar serviços de utilidade pública, apesar de não eximir o governo de gerir diretamente empreendimentos produtivos. Na verdade com a quebra do monopólio das empresas do governo, permitia-se, posteriormente, sua privatização, alterando a forma de intervenção do Estado, que em vez da intervenção direta (através de controle acionário das empresas) teria uma intervenção indireta (através das agências reguladoras).

Neste contexto, foram criadas as agências nacionais de regulamentação tais como: ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), ANP (Agência Nacional de Petróleo).

Os avanços significativos para o necessário ajuste fiscal são relativos as reformas da administração pública e do sistema previdenciário brasileiro previstos na constituição de 1988, geradores de contínuos déficits orçamentários.

Outro ponto importante nas reformas do Estado foi o processo de privatização, que tinha o objetivo de modernizar a economia brasileira, por meio de um processo de liberalização comercial.

Aliás, este processo de liberalização comercial foi uma transformação relevante da relação entre o Brasil e o comércio internacional.

Esta nova forma do país interagir com o exterior colaborou com a sustentação do plano porque na época o comércio internacional foi facilitado pela folga cambial que existia devido ao fluxo de recursos, viabilizando o acúmulo de reservas na ordem de US\$ 40 bilhões, no qual possibilitou a importação de produtos para suprir a demanda sem, no entanto implica no aumento da inflação. A tabela a seguir demonstra o nível da liquidez internacional:

Tabela IV – Reservas Internacionais (US\$ bi) 1989 / 1996

Ano	Valores US\$ bilhões
1989	9,6
1990	9,9
1991	9,4
1992	23,7
1993	32,2
1994	38,8

1995	51,8
1996	60,5

Fonte: Banco Central (2000).

2.3.3 O Plano Real e o 1º governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)

O Primeiro mandato de FHC começou em 1995 dando continuidade ao Plano Real. O que se viu inicialmente foi uma certa “estabilidade” da moeda, sinalizando para o equilíbrio das contas públicas, pela queda acentuada da inflação.

Tabela V – Inflação no Brasil 1995 /1998

Ano	Inflação %
1995	22
1996	11
1997	4
1998	2

Fonte : Cepal APUD Oliveira, 1999.

A retomada da credibilidade dos consumidores foi devido ao relativo aumento da renda nos dois primeiros meses de 1995 (salários reais cresceram 18,9%) e pela queda da inflação facilitando o acesso ao crédito e ao financiamento. Essa situação provocava aumento no consumo que conseqüentemente elevava o preço, sendo isto compensado pela entrada dos importados por causa da taxa de câmbio sobrevalorizada, portanto não tinha impacto na inflação, permanecendo a mesma controlada.

Tabela VI – Taxa de Câmbio 1994 / 1998

Ano	Taxa de câmbio
1994	0,845
1995	0,9169

1996	1,0048
1997	1,0783
1998	1,1607

Fonte: Banco Central (2000)

Para financiar as importações e manter o nível das reservas (em torno de US\$ 40 bilhões), o Banco Central é obrigado a praticar juros altos (33% em 1995) tornando esta política atrativa para os investidores estrangeiros. Entretanto, juros altos encarecem os encargos da dívida pública que de 1994 a 1998 subiram de US\$ 150bi para US\$ 400bi chegando em 1999 a US\$ 500bi e conseqüentemente o déficit governamental.

Ocorreu abertura comercial sem planejamento o que provocou uma desestruturação produtiva, ligado a alta taxa de juros, no qual interferiu no saldo da balança comercial e nas exportações gerando déficit, como a tabela abaixo:

Tabela VII – Balança Comercial (US\$ milhões) 1993 / 1998

Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1993	38.597	25.480	13.117
1994	43.544	32.701	10.843
1995	46.506	49.859	(3.353)*
1996	47.747	53.303	(5.556)*
1997	52.987	61.351	(8.364)*
1998	51.120	57.550	(6.430)*

Fonte: Banco Central (1999).

*Valores entre parênteses são negativos

Juntando-se o déficit da balança comercial (US\$ 6,4 milhões) e o déficit público (31,7% do PIB de 1998), o equilíbrio inicial do plano desmorona-se por causa do desequilíbrio fiscal e este por falta de ajuste das contas.

A credibilidade externa do país fica abalada e os capitais fogem. O Banco Central precisou utilizar suas reservas posteriormente e fez um empréstimo, passando a depender ainda mais do capital externo, tornando-se, portanto, vulnerável as crises externas.

2.3.4 As Crises Externas

No início do Plano Real ocorreu a crise externa no México (1994) em outubro de 1997 a crise da Ásia.

A crise Asiática provocou a saída de capitais especulativos do Brasil, obrigando ao governo a manter altas taxas de juros (que em setembro de 1997 era de 23,6% ao ano e em dezembro de 1997 após a crise passou para 43,0% ao ano).

Além disto um pacote de ajuste fiscal foi editado e as medidas tomadas foram: aumento de impostos, cortes no orçamento e aumento da taxa de juros para 40% ao ano. Esta última leva o país a um período de recessão econômica a partir de 1998. Nesta época ocorreu a crise da Rússia (agosto de 1998) que decretou moratória afetando a economia mundial, especialmente a dos países em desenvolvimento. A situação no Brasil que já estava em recessão piorou. Empresas faliram ou entraram em concordata aumentando o nível de desemprego. As reservas do país caem de US\$ 70 bilhões para US\$ 40 bilhões.

A taxa de crescimento do PIB, que no início da década de 90 era negativa, obteve um crescimento, depois destas crises voltou a cair como demonstra a tabela abaixo:

Tabela VIII - Variação do PIB (%) – 1993 / 1999.

Ano	Variação do PIB %
1993	4,90
1994	5,80
1995	4,20
1996	2,80

1997	3,70
1998	0,10
1999	0,80

Fonte: Banco Central (2000).

Depois da moratória da Rússia em outubro de 1998 os investidores internacionais notaram a dificuldade que o governo tinha em equilibrar suas contas. O déficit público vinha aumentando desde a implantação do real.

Tabela IX – Dívida Federal em Títulos (R\$ bi) 1993 / 1998

Ano	Dívida Federal (R\$ bilhões)
1993	95
1994	86
1995	134
1996	176
1997	291
1998	449
1999	496

Fonte: Banco Central (2000)

Por estes problemas o governo recorre ao FMI (depois da eleição) e firma um acordo de US\$ 41,5 bilhões (novembro de 1998), comprometendo-se a reduzir o déficit de 8,1% para 4,7% do PIB.³⁶

2.3.5 O Plano Real e o 2º mandato de Fernando Henrique Cardoso

³⁶ Ver Singer (1999: p. 09).

O 2º mandato de Fernando Henrique Cardoso, que foi a 1ª reeleição da democracia brasileira, iniciou com uma crise financeira obrigando ao governo a enfrentar os efeitos das crises da Ásia e da Rússia.

O Brasil havia passado quatro anos com uns políticos de sobrevalorização cambial e juros altos, isto juntamente com a abertura comercial e privatizações facilitou a entrada do IED (que no período de 1994 – 1996 foi de US\$ 5.080 milhões). Entretanto o país tornou-se vulnerável às crises externas e quando as mesmas ocorreram o governo precisou tomar medidas emergenciais. Uma delas foi em relação à taxa de câmbio.

Para manter a paridade do real ao dólar o Banco Central precisou baixar as reservas cambiais até concluir a necessária desvalorização do real em janeiro de 1999, para não ocorrer fuga de capitais, sem, no entanto, conseguir alcançar este objetivo:

Tabela X – Reservas Cambiais (US\$ bilhões) 1998/1999.

Ano	Reservas Cambiais (US\$ bilhões)
Jan/98	52,5
Jun/98	70,1
Dez/98	43,6
Jan/99	35,2
Jun/99	40,4
Dez/99	35,5

Fonte: Banco Central (2001)

Os compromissos externos chegaram a US\$ 60 bilhões e o governo (em 1999) recorre ao FMI e novas metas são definidas, tais como:

- Aumento na taxa de juros de 39% para 45% ao ano;
- Aumento no compulsório para o Banco Central;
- Aumento do IOF (Imposto sobre Operação Financeira);

- Suspensão dos subsídios a importação;
- Aumento de 6,5% dos combustíveis;
- Aumento da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) de 0,20% para 0,38%

Se o Brasil estava vulnerável aos ataques dos especuladores, a política cambial sobrevalorizada já não poderia ser sustentada e a inflação (em 1998 foi de 17% e em 1999 era de 19,9%) só não disparou pela recessão (o valor do PIB em 1998 era negativa -0,10% e em 1999 era de 0,80%).

O ano de 1999 foi marcado pela desvalorização do real (em janeiro com o dólar sendo cotado a R\$ 1,77), por oscilações na cotação do dólar, registrando as maiores altas nos meses de março (R\$ 2,16) e em outubro (R\$ 2,003). Já no ano de 2000, com a entrada de investimento estrangeiro o dólar registrou uma queda em março sendo cotado a R\$ 1,721.

A âncora cambial que sustentava o plano passou a ser âncora monetária que tinha efeitos recessivos e o aumento do desemprego que em maio de 1999 alcançou 7,7% e até o final do ano ainda permanecia (dezembro de 1999) de 7,6%.³⁷

Esta desvalorização favoreceu as exportações brasileiras, no entanto as políticas de juros altas aumentavam os custos de investimento produtivo prejudicando as indústrias. Estas já estavam passando por dificuldades devido a abertura comercial e ao fim do protecionismo.

As desestatizações de instituições, as privatizações, também contribuíram para a queda da produtividade das empresas nacionais, portanto do emprego. Nessas circunstâncias, pode-se dizer que a apreciação cambial promoveu o emprego... Dos nossos parceiros comerciais³⁸.

³⁷ IBGE (2000).

³⁸ Silva (2001: p. 59).

Em uma economia subdesenvolvida, a abertura comercial sem controle da inflação, conduz apenas a um processo de falências, absorções e fusões empresariais, incentivando assim uma crescente monopolização do parque produtivo instalado no país³⁹. As nossas empresas tinham o mercado interno e, portanto não estavam acostumadas à competição externa.

Desde o início do Plano Real ocorreu investimento externo diretos. Uma grande parte do IED foi direcionado para privatização das empresas estatais. A receita total proporcionada pelas vendas das empresas públicas, US\$ 37,6 bilhões até março de 1998, 27,6% decorre dos Investimentos externos diretos, sendo que 17% foram norte americanos, 4% espanhóis, 2,15% chilenos, 1,35 % franceses⁴⁰.

Estes mesmos investimentos causaram uma piora de US\$ 40bi no passivo externo líquido⁴¹ que subiu de US\$ 383bi para US\$ 423 bi entre 1999 e 2000, deixando a economia mais vulnerável a crises externas. Ou seja, países com passivo externo líquido alto ou crescente são mais vulneráveis em crises externas porque precisam obter cada vez mais recursos no exterior para cumprir os compromissos de pagamentos de lucros e dividendos. Assim, se há grandes volumes de capital estrangeiro no país serão altas as remessas destes lucros e dividendos.

Por exemplo, a venda das ações da Petrobrás no exterior fez com que houvesse um aumento nos investimentos externos no país que subiu de US\$ 51 bi para US\$ 70bi entre 1999 e 2000.

Entre 1999 e 2000 o total de capitais estrangeiros aplicados em atividade produtiva aumentou de US\$ 154 bilhões para US\$ 186 bilhões.

A conjuntura brasileira no ano de 2000 oscilou. Alguns indicadores até diminuíram como dos juros, entretanto outros, como o real continuava a desvalorizar e as cotações em 2000 eram:

³⁹ Para Malaguti, (2000), o monopólio Estatal apenas passou para as mãos das empresas privadas.

⁴⁰ Lacerda (1998).

⁴¹ Passivo Externo Líquido é o indicador que mostra o volume de recursos aplicados por estrangeiros no país, incluindo empréstimos e investimentos, menos o que os brasileiros aplicam no exterior. Banco Central (2001).

Tabela XI – Taxa de Câmbio (R\$) 2000

Período	Taxa de câmbio
Jan/mar 00	1,7733
Abr/jun 00	1,8010
Jul/set 00	1,8154
Out/dez 00	1,9303

Fonte: Banco Central (2001)

As taxas de juros estavam em patamares menores.

Tabela XII – Taxa de juros (% ao ano). Dez/1999 a Dez/2000

Período	Taxa de juros % ao ano
Dez/00	19,00
Mar/00	17,50
Jun/00	17,50
Set/00	16,50
Dez/00	15,75

Fonte: Banco Central (2001).

As reservas cambiais também oscilaram (jan/00 US\$ 36,8 bilhões, em jun/00 US\$ 27,6 bilhões e em dez/00 US\$ 32,9 bilhões). A balança comercial fechou com um déficit de 0,7%⁴². Nesta época já não havia a sustentabilidade do plano baseada na âncora cambial nem política de juros altos. Os reflexos desta mudança de estratégia foram nas reservas cambiais e na balança comercial fechando em déficit. Este quadro viria a piorar no ano seguinte por outros fatores externos.

2.3.6 Outros Fatores Externos que Influenciaram a Economia Brasileira

⁴² Banco Central (2001).

Não só a desvalorização provocou mudanças nas diretrizes do governo, mas também os fatores externos que tiveram influência relevante na economia brasileira.

Tais fatores foram: recessão dos EUA, quebra dos bancos japoneses, desaceleração da economia na Europa e a recente crise Argentina;

Por estes problemas o governo, em agosto de 2001, firmou um novo acordo com o FMI para liberação de US\$ 15 bi⁴³. Mas no mês seguinte viria acontecer um fato que marcaria para sempre o mundo e principalmente os norte americanos. No dia 11 de setembro de 2001, ocorreu o atentado as Torres do World Trade Center em Nova York e ao Pentágono em Washington fazendo com que a incerteza tomasse conta do mercado financeiro mundial.

No Brasil dois dias após o ataque, o dólar bateu o 3º recorde desde o início do real sendo vendido a R\$ 2,682. Os negócios na Bolsa do Rio caíram. Por exemplo, no dia 6/09/2001 foram negociados US\$ 776 milhões e no dia 13/09/2001 (dois dias após o atentado) apenas US\$ 4 milhões. O mercado parou. O Banco Central procurou suprir o mercado com pequenos lotes de dólares. Até o dia do atentado o dólar havia subido 37,5% ao ano.

Setores da economia ligados ao turismo tiveram uma queda de 30%, colapso no transporte aéreo, perda nas seguradoras entre US\$ 10 bilhões e US\$ 20 bilhões, ou seja, colapso geral e o dólar em 24 de setembro de 2001 teve uma nova alta sendo cotado a R\$ 2,835.⁴⁴

O governo sacou US\$ 4,6 bilhões do empréstimo feito em agosto de 2001 para reforçar as reservas cambiais e aumenta em 10% a alíquota do depósito compulsório. Mundialmente, os Bancos Centrais injetaram US\$ 80 bilhões como forma emergencial.

Os mercados emergentes sofreram com o ataque, pois havia o temor de uma recessão global que provocaria fuga de capital.

⁴³ Banco Central (2002).

⁴⁴ Banco Central (2002).

Baseado nesta conjuntura da economia mundial em outubro 2001 o Banco Central reviu as projeções de ingressos de investimentos externos diretos de US\$ 20 bilhões para US\$ 19 bilhões em 2001 e de US\$ 17 bilhões para US\$ 16 bilhões em 2002. A crise energética também influenciou nesta queda de investimentos pela incerteza.

Os índices inflacionários caminharam com a alta do dólar. Em novembro de 2001 a inflação medida pelo IPCA (índice nacional de preços ao consumidor ampliado) foi de 6,22% superando a meta projetada pelo Banco Central de 4% (podendo ser dois pontos para baixo ou para cima).

Os esforços do governo neste último ano de mandato estão direcionados para a campanha eleitoral. Entretanto, os indicadores da economia brasileira não são tão satisfatórios.

Apesar de o Banco Central afirmar que a balança comercial saiu de um déficit de US\$ 8 bilhões em 1998 devendo apresentar, este ano, um superávit estimado de US\$ 5 bilhões. O país está endividado. Este endividamento acarreta uma vulnerabilidade perante o capital externo.

O déficit público é de R\$ 45,9 bilhões (cerca de 3,75% do PIB).

Em fevereiro deste ano a taxa de desemprego era de 7% segundo IBGE.

Em relação aos juros, houve uma redução da taxa selic de 18,5% (março). Estes juros mais baixos estimulam ao crescimento econômico devido a facilidade de se comprar a crédito, porem sendo este ano de eleição, esta atitude torna-se conveniente para o governo segundo Armínio Fraga, presidente do Banco Central.

O racionamento de energia terminou, no entanto o setor elétrico precisará de investimento e a população pagará tarifas mais altas pela má gestão do governo. Este assunto voltará no capítulo seguinte, referente à privatização do setor.

A gasolina, que é um item importante no cálculo da inflação, teve uma queda de aproximadamente 20% no início do ano, mas já foi reajustada 3 vezes voltando ao patamar que estava em dezembro de 2001.

A Argentina, antes um país rico, em que a população com níveis elevados de escolaridade, entre outros aspectos, Agora está passando por sérias dificuldades. O país fez reformas, privatizações, no entanto aumentou os gastos públicos. O desequilíbrio do sistema, recessão, desvalorização do peso, feriados bancários, revoltas da população, moratória levaram o país a uma série crise.

Na verdade, esta crise teve reflexos nas nossas exportações, relações comerciais entre o Mercosul, entretanto o impacto não foi tão grande, sendo esta a mesma mais interna a própria Argentina.

A preocupação agora será com as eleições deste ano e a economia andará de acordo com os ditames políticos. O governo procurará mostrar somente o lado positivo do Plano Real, que foi principalmente a queda da inflação sem, no entanto dizer que o endividamento provocado por desequilíbrios nas contas deixou o país endividado e que o pagamento será cobrado em um futuro próximo.

2.4 Conclusão

O Plano Real possuiu um diferencial dos outros Planos, pois trouxe ao brasileiro uma certa “tranquilidade” em relação à economia do país, na qual influenciou em vários aspectos a vida dos mesmos. Esta mudança trouxe uma sensação de credibilidade ao brasileiro, pois poder receber o salário sem que o mesmo se desvalorize do dia para a noite é bastante confortável, haja vista que a inflação caiu e ainda permanece controlada.

O Brasil adotou os princípios Neoliberais e se inseriu na Globalização. O processo de abertura iniciado no final da década de 80 ganhou fôlego na década de 90. Hoje o país está inserido no mercado mundial.

Os custos desta inserção refletiram no país de forma geral. Mudanças como, no nível de desemprego, nas relações de produção, nos inúmeros empréstimos e, portanto endividamento, na desregulamentação estatal e nas privatizações, no qual o montante arrecadado apenas serviu para cumprir o serviço da dívida e concentração e/ou centralização do capital. Estas questões estão por trás desta inserção mundial sem, no entanto trazer melhoras significativas a população, ou seja, desenvolvimento econômico.

A situação do país é de uma dependência externa, com abertura sem planejamento, levando a uma concentração e/ou centralização de capital nas mãos de poucos essa assertiva será discutida no capítulo seguinte, como também qual o conceito que realmente o Brasil se enquadrou.

CAPÍTULO 3

Tendência à centralização do capital no Brasil

3. Introdução

Os conceitos de globalização apresentados no primeiro capítulo mostraram as mudanças ocorridas no mundo ao longo dos tempos, tendo como ponto central a interação dos mercados no âmbito mundial explorada pelas grandes corporações internacionais.

Baseada nos princípios neoliberais (individualismo, liberdade, propriedade e igualdade), no qual a participação do Estado é mínima, ou seja, o mesmo deve manter-se afastado da esfera econômica, atuando apenas em áreas restritas como saúde, educação, diplomacia, dentre outros. A globalização obrigou aos países suas inserções nesta nova ordem mundial.

O Brasil abriu suas barreiras ao comércio internacional ainda na década de 80, dando maior ênfase na década seguinte juntamente com o plano de estabilização econômica (o Plano Real).

Embora em tempos remotos o mundo ter sido tão ou mais globalizado do que nos tempos atuais, guardada a devida proporção, a interação dos mercados hoje é bem mais intensa, e um exemplo clássico é o da cadeia de *fast food* McDonald's que possui 18 mil restaurantes em 91 países.⁴⁵

As grandes corporações internacionais exercem um papel decisivo na economia mundial.

A inserção destas corporações no Brasil, principalmente na década de 90, trouxe tantos benefícios quanto prejuízos. O modo de produção do parque industrial adaptou-se à abertura sem o protecionismo que existia. Ocorreram entradas de investimentos externos diretos que favoreceram a captação de recursos. Por outro lado, estes pontos positivos fizeram com que

⁴⁵ Internet (2001).

houvesse não só conseqüências negativas, mas, sobretudo sérias do lado social. A abertura econômica sem prévia regulamentação e planejamento causou problemas sociais como o alto índice de desemprego, 7,15% em agosto de 2000. Os investimentos externos diretos aumentam a dívida do país e, portanto a dependência externa.

Estes elementos citados anteriormente nos levam de encontro aos conceitos citados no primeiro capítulo sobre concentração e centralização de capitais.

“A concentração do capital é a situação em que poucas empresas detêm parte considerável de capital, investimentos, vendas e força de trabalho. O grau máximo de concentração é o monopólio. O aumento do progresso técnico é característica forte da concentração.”⁴⁶

“A centralização do capital resulta no aumento do tamanho da empresa pela absorção de capitais mais débeis por outros mais fortes ou a fusão de empresas, tendo em vista reduzir a competição.”⁴⁷

Esta tendência é observada em época de crise econômica. Quando os mercados se contraíam ocorriam perdas para os agentes, entretanto a capacidade de suportar estas perdas diferem de empresa para empresa. As mais fracas sucumbiam ou fechavam cedendo lugar às outras empresas fortes.

Estes dois conceitos explicam as conseqüências da globalização, entretanto o momento em que ocorreu a desestatização no Brasil o conceito de centralização é o que se aplica melhor.

O Brasil, com o intuito de se inserir no contexto de globalização quebrou suas barreiras. O parque produtivo, antes protegido, se viu despreparado e empresas tiveram dificuldades de

⁴⁶ Ver citação pág. 9

⁴⁷ Ver citação pág. 10

adaptação “deixando” com que as grandes corporações as adquirissem, fazendo assim com que ocorresse uma tendência a centralização do capital.

Em um segundo momento poderá até ocorrer à concentração de capital com avanços tecnológicos, entretanto o que se observa no Brasil é a centralização de capital, pois como o conceito define as grandes corporações tomam o espaço deixado no mercado pelas empresas que não suportaram competir depois da abertura.

Nesse capítulo procuraremos mostrar processos que tendem a centralização de capital no Brasil, procurando enfatizar alguns setores da economia, que depois do Real, passaram da administração estatal para serem geridos por instituições privadas ou grandes corporações internacionais.

3.1 Fusões, Aquisições no Brasil a partir do Real.

Fusões, aquisições e privatizações têm definições bem parecidas, porque, na verdade, o fim é o mesmo: a absorção por uma empresa mais forte de outra em uma situação menos privilegiada.

Fusão é a união de duas ou mais companhias, formando uma única grande empresa. Esta associação permite reduções de custos, mas pode levar a práticas restritivas ou monopolísticas.⁴⁸

Quando ocorre a compra de participação acionária em uma empresa já existente, sem que isso implique necessariamente seu controle por meio da posse total das ações é o que se chama de Aquisições⁴⁹.

A diferença para a privatização é que a empresa que será absorvida é uma estatal.

⁴⁸ Sandroni (1985 p. 184).

⁴⁹ Siffert Filho & Silva (1999 p. 379).

O valor das fusões e aquisições no mundo aumentou de 85 bilhões de dólares em 1991 para 196 bilhões de dólares em 1994 e 342 bilhões de dólares em 1997. No Brasil de 68 milhões de dólares em 1991 para 1.351 milhões de dólares em 1994 e 12.568 milhões de dólares em 1997⁵⁰.

O grupo Inepar (setor de montagem industrial) adquiriu a Sade Vigesa e promoveu a fusão com a Cia Siderúrgica Nacional formando o grupo Inepar-FEM. Este grupo hoje está associado a alemã Noell Stahh que agrega tecnologia na área de movimentação de cargas portuárias.⁵¹

Outro exemplo foi o processo de fusão entre os grupos siderúrgicos europeus Usinor, da França (que controla a Acesita no Brasil), Arbed, de Luxemburgo e Aceralic, da Espanha, no qual criaram a maior siderúrgica do mundo devendo chegar a um faturamento US\$ 27,6 bilhões passando para o primeiro lugar no *ranking* mundial.

No governo de Fernando Henrique Cardoso houve, principalmente, no 1º mandato, uma tendência à desnacionalização, levando a economia brasileira a um movimento de centralização de capital, com crescente importância relativa dos grupos estrangeiros.⁵²

A compra da Cia Vale do Rio Doce pelo grupo Steinbruch, apoiou-se em um empréstimo de 1,2 bilhões de dólares do Nation Bank. As organizações Globo e o grupo Votorantim também recorreram aos recursos externos para expandir sua presença em diversas áreas.

Com a queda das barreiras, altera-se o ambiente institucional no qual as empresas estavam acostumadas a operar, levando ao acirramento da concorrência interempresas não apenas no Brasil, mas também no mundo. A estratégia adotada é ganhar espaço através de fusões e aquisições. A consequência é o aparecimento de megacorporações, centralizações, dentre outros.

⁵⁰ Gonçalves, 1999, p. 85.

⁵¹ Siffert Filho & Silva (1999)

⁵² Gonçalves (1999)

As motivações para o movimento de fusão e aquisição são⁵³:

- Em um curto período de tempo entrar em novos mercados;
- Consolidação do *market share* a nível global;
- Oportunidade de investimentos devido a desregulamentação dos mercados;
- Aumento de escala e redução nos custos devido a alteração no padrão tecnológico;
- Obtenção de sinergias de natureza tecnológica, financeira, mercadológica e organizacional e
- Possibilidade de ganhos de natureza financeira.

As corporações norte-americanas respondem por parte significativa das maiores fusões e aquisições. Em 1998, entre a Exxon e a Móbil de US\$ 86,3 bilhões, o Travelers Group e o Citibank de US\$ 72 bilhões, entre a AT & T e a Telecom de US\$ 70 bilhões. Já no Brasil verificando-se o predomínio de transações nos setores financeiro, telecomunicações e de petróleo.⁵⁴

O processo de fusão e aquisição é o principal motor dos fluxos de investimentos externos diretos segundo a Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento.

No Brasil o investimento externo direto também está fortemente associado, além das fusões e aquisições, à privatização.

Tabela XIII - Número de transações de fusões e aquisições efetuadas entre 1992 e 1998, por setor de atividade.

Principais setores	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Total
Alimentos, Bebidas e Fumo	12	28	21	24	38	49	6	208
Financeiro	4	8	15	20	31	36	8	42
Químico e	4	18	14	13	18	22	25	114

⁵³ Siffert Filho & Silva (1999).

⁵⁴ Siffert Filho & Silva (1999).

Petroquímico								
Metalurgia e Siderurgia	11	13	11	9	17	18	23	102
Elétrico e Eletrônico	2	7	5	14	15	19	9	71
Telecomunicações	1	7	5	8	5	14	31	71
Outros	24	69	104	124	204	209	193	938
Total das Fusões	58	150	175	212	328	372	351	1.646

Fonte: Siffer Filho e Silva (1999)

Cerca de 60% das fusões e aquisições ocorridas no Brasil no período de 1992 e 1998 aconteceram nos setores apresentados na tabela acima.

3.2. Privatizações no Brasil a partir do Real

A política de privatização, que havia sido defendida pelos presidentes Collor e Itamar, mas não implementadas por eles, passou a ser umas das metas do governo de Fernando Henrique Cardoso visando a queda no déficit público e obtenção de receita adicional com as vendas, no qual houve uma redução na dívida de 10% do PIB. Apesar da dívida líquida representar 44,8% do PIB em dezembro de 2001, justamente após o período em que houve o maior volume de privatizações que foram no final do primeiro mandato.

A privatização no Brasil foi um dos programas mais ambiciosos do mundo pelo volume de valores apresentados na tabela 5 referente ao PND (Programa Nacional de Desestatização).

Destaca-se a expressiva participação, no processo de privatização, de grandes grupos oligopolistas estrangeiros, algumas vezes associados a grandes grupos nacionais. Esses grupos estrangeiros são atraídos pelos lucros proporcionados especialmente pelos setores financeiro, energético e de telecomunicações, implicando em grandes disputas pela posse das empresas públicas que atuam nesses setores.

A receita obtida com a desestatização no período 1992/1998 foi de US\$ 19,6 bilhões, sendo o valor da dívida transferida ao setor privado, de US\$ 9,2 bilhões, com um total de US\$ 28,8 bilhões. O total de empresas privatizado foi de 63, sendo que, neste período, os setores foram siderúrgico, químico, petroquímico, fertilizante, elétrico, ferroviário, mineração, portuário e financeiro.

Segundo dados do relatório de atividades de 1998 do BNDES, o resultado das privatizações federais 1991/1998 foi de US\$ 57.494 milhões e das privatizações estaduais foi de US\$ 27.743 milhões, totalizando uma receita de US\$ 85.2 milhões.

Tabela XIV - Resultados da Privatização – PND: 1991/1998

Período	Desestatização	Receita De Venda	Dívidas* Transferidas	Total (US\$ milhões).
1991	4	1.614	374	1.988
1992	14	2.401	982	3.383
1993	6	2.627	1.561	4.188
1994	9	1.966	349	2.315
1995	8	1.003	625	1.628
1996	11	4.080	669	4.749
1997	4	4.268	3.559	7.824
1998	7	1.655	1.082	2.737
Total	63	19.611	9.201	28.812

Fonte: Relatório de Atividades 1998 – BNDES

*Estas dívidas transferidas eram as dívidas das Estatais que passaram para as empresa que as compraram.

Depois destas privatizações desarticula-se o tripé clássico que deu sustentação ao desenvolvimento nacional até os anos 80, ou seja, o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o capital estatal. Com a saída do último os outros dois se reorganizaram. Ocorreu

uma entrada significativa de capital estrangeiro em vários setores principalmente com a privatização das telecomunicações e outros setores nos quais serão apresentados a seguir.

Vale ressaltar que esta participação ativa em que muitos capitais passam para o controle de poucos, entretanto fortes, capitais é válido para caracterizar a centralização de capital.

3.3 Setores Desestatizados

3.3.1 Telecomunicações

Os serviços prestados no setor de Telecomunicações estavam concentrados nas mãos do Estado. Quando ocorreu o processo de privatização houve uma desconcentração e um aumento da concorrência. Uma reestruturação no setor foi feita antes das empresas tornarem-se disponíveis para venda.

A reestruturação levou a um incremento das tarifas locais e redução das tarifas interurbanas nacionais e internacionais. Este aumento nas tarifas ocorreu num ambiente de recessão, desemprego e rendimento médio real dos salários em queda desde 1997. Acompanhando esta reestruturação houve queda no quadro de funcionários e terceirização, portanto queda na qualidade de serviços. Estes dois fatores combinados a ganhos reais nas tarifas levam a bons resultados financeiros, logo as empresas estavam prontas para serem vendidas⁵⁵.

O setor ficou constituído por quatro empresas: Telemar (*Holding Tele Norte Leste*, com 16 empresas), Tele Centro Sul, Telefônica (Telesp) e Embratel (longa distância). O leilão denominado como o “Leilão do Século” ocorreu em julho de 1998, com 12 leilões consecutivos.

A empresa americana MCI comprou a Embratel por 2.650 milhões de reais. O capital Espanhol participou na privatização da Telesp (telefonia fixa), Tele Sudeste Celular e Tele Leste

⁵⁵ Boletim Dieese (1999).

Celular, sendo que as grandes empresas espanholas foram três: Telefônica S.A., Iberdrola e Banco Bilbao Vizcaya. A Portugal Telecom pagou 11 bilhões de reais pela aquisição de quatro empresas. As dez empresas que passaram para o controle do capital estrangeiro representaram 82% do valor total de venda no leilão.

Vale salientar que as regularizações ocorridas no setor não levaram a um aumento da concentração setorial, pois até então as telecomunicações eram monopólio estatal e, portanto, já com elevada concentração sob a ótica da estrutura de propriedade.

A tabela XV (anexo) mostra a união em consórcio para compra das empresas do sistema Telebrás. A participação de grandes grupos estrangeiros foi significativa na desestatização do setor. E os Fundos de Pensão também entraram nesta privatização. Este fato vem ratificar a forte tendência à centralização no setor, haja vista que grandes grupos estrangeiros e nacionais detem as quatro empresas do sistema Telebrás.

Outro ponto relevante é que para que se haja a privatização é necessário um grande volume de capital para a compra das empresas. Este capital entrou no país sob a forma de IED, no qual prejudicou as contas do país, principalmente do passivo externo líquido (como mostrado no capítulo 2, pág. 40), pois estes investimentos procuram altos retornos e quem paga os lucros e dividendos é o país receptor que terá que ter divisas disponíveis.

3.3.2 Bancos

Em 1997 os cinquenta maiores bancos no Brasil representavam 98% do ativo total do patrimônio líquido, número de funcionários e agências do conjunto de 179 bancos.⁵⁶ Após a abertura econômica e o programa de estabilização, os bancos nacionais tiveram sérias complicações financeiras, tornando-se vulneráveis.

⁵⁶ Gonçalves APUD Conjuntura Econômica (1999).

A vulnerabilidade pode ser explicada pela queda da inflação, no qual caiu também o imposto inflacionário. As altas taxas de juros, a partir de 1995, elevaram a inadimplência fazendo assim com que as instituições financeiras atingissem níveis críticos de operação. Os mesmos não conseguiram operar em época de estabilidade. O Banco Nacional, Econômico e Bamerindus, por exemplo, foram os que mais sentiram as mudanças, respectivamente foram utilizados US\$ 6,1 bilhões, US\$ 6,8 bilhões e US\$ 5,9 bilhões para sanear estes bancos.⁵⁷

Estando vulneráveis e o país em um processo de abertura comercial, as instituições financeiras tornaram-se atrativas para a entrada de bancos estrangeiros no sistema bancário nacional. A entrada destes capitais foi através de processos de fusões, aquisições (bancos privados) e privatizações (bancos Estaduais).

No entanto, estas transações só puderam ser efetivadas depois que houve processos de saneamento financeiro ou de ajuda para estas empresas, como também mudanças na legislação do sistema financeiro brasileiro.⁵⁸

As fusões e Aquisições foram os principais processos ocorridos na venda dos bancos. E estas transações foram possibilitadas pelo PROER⁵⁹ que era um programa de ajuda do Banco Central para auxiliar as mudanças societárias no sistema bancário a fim de estimular as fusões e aquisições. A assistência foi de aproximadamente US\$21 bilhões (3,8% do PIB).⁶⁰

Portanto, depois de saneados, os bancos foram vendidos para empresas estrangeiras, mostrando assim a tendência à centralização do capital no setor. Novamente os Espanhóis participaram ativamente das compras. O Santander comprou o Geral do Comércio e o Noroeste.

⁵⁷ Ibidem

⁵⁸ Ver Puga (1999: p. 415)

⁵⁹ PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) foi criado em 1995 pela resolução 2.208 para assegurar a liquidez e a solvência do sistema. Uma linha de crédito especial com recursos provenientes dos depósitos compulsórios recolhidos pelas próprias instituições integrantes do sistema financeiro. No âmbito Estadual foi instituído o PROES (Programa de Incentivo à redução do setor público Estadual na atividade bancária)

⁶⁰ Puga, (1999: p. 429).

O Bilbao Vizcaya comprou o Excel-Econômico. Os Portugueses adquiriram o Banco Bandeirantes e o Grupo Espírito Santo associado ao Crédit Agricole e ao Grupo Monteiro Aranha assumiram o Boavista.

Tabela XVI - Principais Bancos Vendidos no Brasil: 1995/1998

1995	1996	1997	1998
Nacional	BFB	Bamerindus	Bandeirantes
Econômico*	Banorte	Geral do Comércio	Noroeste
	A. de Queiroz	Credireal	Garantia
	Battistella	Banerj	Excel Econômico
	Fininvest	Meridional	Mappin
		Boavista	Am. Do Sul
		BCN	Bemge
		Multiplic	Real
			Bandepe
			Pontual

Fonte: Gonçalves, 1999, p. 164

* Os bancos em negrito foram comprados por estrangeiros

O Banco Holandês ABN Amro comprou 70% do capital total e 40% do capital volante do Banco Real. O britânico HSBC adquiriu o Bamerindus.

Os dois maiores Bancos privados nacionais Bradesco e Itaú controlam o Credireal e o Banerj. O Nacional foi absorvido pelo Unibanco, o BCN pelo Bradesco e o BFB pelo Itaú. O Bonzano Simonsem absorveu o Meridional, o Sudameris comprou o América do Sul. Portanto, não só instituições estrangeiras entraram no processo de concentração bancária, mas também as grandes instituições nacionais.

Destaca-se a situação do Bradesco como um banco muito forte no cenário nacional, pois no setor financeiro ele procura atuar em diferentes segmentos como: *leasing*, cartões de crédito, previdência e seguros. Entretanto ele também investiu no programa de privatização adquirindo participações em empresas de energia e telecomunicações. Na indústria de autopeças o banco interferiu no processo de fusão e aquisição da Cofap e Metal Leve, tornando-se assim uma grande corporação nacional.

Em relação à privatização, esta observou-se nos bancos públicos estaduais. Da mesma maneira que existiu o PROER para “salvar” as instituições privadas, o PROES também auxiliou na reestruturação financeira estadual. Em valores de 1998 o custo das intervenções nos bancos estaduais foi estimado em mais de R\$ 30 bilhões.

Das 26 instituições financeiras estaduais, 10 se enquadraram na opção de serem privatizadas são elas: Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Sendo que algumas instituições já foram negociadas e outras ainda se arrastam como é o caso do BEC (Banco Estadual do Ceará).

Em relação aos bancos Federais várias mudanças ocorreram, principalmente, no quadro de funcionários que foram substituídos pela automação bancária, entretanto ainda são instituições públicas como é o caso da Caixa Econômica Federal e da “jóia da coroa”, o Banco do Brasil.

Estes processos de fusões, aquisições e privatizações ocorridas no setor bancárias mostraram esta tendência à centralização de capital, pois um número menor de grandes empresas tornou-se propriedade de um grande número de instituições financeiras, mudando assim a concorrência no setor, como explica o conceito de centralização de capital mostrado na introdução deste capítulo.

No entanto, o setor bancário também tende a uma concentração, em que alguns fatores são significantes tais como:

▪ Os bancos privatizados estão nas mãos de grandes grupos que podem investir e atingir maiores fatias de mercado, sem contar que a automação bancária (investimentos em tecnologia) é um diferencial nos custos;

Tabela XVII – Aumento real da receita e dos títulos públicos 1994 - 2001 (R\$ bilhões)

Ano	Aumento real da receita dos 20 maiores bancos	Aumento real (- inflação) dos títulos Públicos em poder dos bancos
1994	13,6	53
1995	18	61
1996	28	87
1997	27,7	152
1998	33	149
1999	44	185
2000	37,6	221
2001*	41,7	282

Fonte: Sisbacen. * até setembro de 2001

▪ O endividamento do governo federal tem sido uma fonte rentável para os bancos. Os mesmos compram títulos da dívida pública e conseguem um retorno elevado ou porque os juros estão altos (19% ao ano), já que 52,4% da dívida (mobiliária) são corrigidas pela taxa de juros ou pela desvalorização do real, e ainda 22% da dívida são indexadas ao câmbio.⁶¹

Tabela XVIII – Ranking dos 20 maiores bancos brasileiros setembro de 2001(R\$ bilhões)

Bancos	Valores dos títulos
Banco do Brasil	52,3
Caixa Econômica Federal	35,8

⁶¹ Sisbacen (Sistema Eletrônico de Dados do Banco Central, 2002).

Bradesco	35
Santander Brasil	28,9
Itaú	20,2
Unibanco	16
Nossa Caixa	16
Votorantim	9,52
ABN Amro	9,51
Safra	8,9
HSBC	7,4
Sudameris	6,4
Lloyds	5,4
BBA-Creditanstalt	5,2
BankBoston	4,7
Citibank	4,65
Banrisul	4,62
Bilbao Vizcaya	4,58
CSFB Garantia	3,2
JP Morgan Chase	3

Fonte: Sisbacen . Dados de set /2001

▪ Outros fatores são os lucros obtidos. Em 2001 a operação de hedge (proteção) garantiu bons resultados. A alta do dólar (devido aos atentados nos EUA e a crise Argentina) beneficiou o balanço dos bancos como mostra a tabela abaixo:

Tabela XIX – Ranking dos lucros dos bancos 2001 (R\$ milhões).

Bancos	Lucro Líquido (R\$ milhões)	Retorno sobre o Patrimônio líquido %
Bradesco	2.170,1	22,2

BankBoston	738,0	36,6
Citibank	603,4	21,0
Sudameris	177,6	17,7
Votorantim	167,9	24,8
Santos	60,1	18,9
BMG	45,2	18,8
Banco Cidade	30,6	12,6
Bicbanco	30,1	10,9
Pine	27,4	19,6
Panamericano	23,6	12,7
Brascan	18,3	10,3
Industrial	14,2	15,3

Fonte: Folha de São Paulo (2002).

Pode-se observar que neste setor evidenciou-se a tendência à centralização de capital pela aquisição das empresas nacionais por grandes grupos internacionais e nacionais, como também à concentração de capital devido à automação bancária.

3.3.3 Energia Elétrica

Diferente do setor de telecomunicações, no setor elétrico a coordenação entre regulamentação e privatização ocorreu em escala menor.

As privatizações no setor começaram em 1995, no entanto a ANEEL somente foi criada dois anos depois. Uma grande parte da distribuição de energia já estava sob o controle do setor privado quando foram criados o MAE (Mercado Atacadista de Energia) e o ONS (Operador Nacional do Sistema).

A arrecadação de R\$ 22.171 bilhões resultou da venda de 20 distribuidoras. Em relação a geração de energia apenas a Gerasul (RS) e parte da Cesp (SP) foram vendidas, permanecem como Estatais as principais empresas como Furnas, Chesf e Eletronorte.

O primeiro passo seguido foi à separação vertical (geração, distribuição e transmissão) e horizontal das empresas em nível Federal e Estadual. Em seguida foram limitadas as concentrações de mercado para a distribuição e geração e a soma das duas.

O mercado ficou dividido da seguinte forma: 35% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste; 25% para Sul e Sudeste; 20% para mercado nacional isto para geração e distribuição individual; 30% para o mercado nacional na geração e distribuição conjunta. O objetivo era de que empresas geradoras e distribuidoras concorressem entre si levando a queda no preço da energia elétrica.

Neste contexto, houve participação de empresas estrangeiras como a Norte-Americanas (grupo Southern Electric com 4,2% de participação na distribuição) Espanhola (Iberdrola), Portuguesa (Eletricidade de Portugal) e Belga (Tractebel com 3,2%).⁶²

Os grupos nacionais também participaram da privatização do setor. A VBC (Votorantin, Bradesco e Camargo Corrêa) com 33,7% e a Previ (Fundo de Previdência do Banco do Brasil) com 3,3%.

Neste setor, no entanto não houve grandes investimentos na geração e construção de linhas de transmissão por parte do governo. Após as privatizações, os novos donos não investiram também. O reflexo foi a recente crise energética.

O país voltou aos tempos em que energia elétrica era precária e o governo precisava intervir na sua geração, distribuição e transmissão. Metas de consumo foram impostas e com o fim do racionamento o consumidor terá de arcar com a má gestão do governo.

⁶² Stiffer t Filho& Silva, (1999).

Desde que começou o processo de privatização as tarifas aumentaram 132%⁶³ com o objetivo de atrair investidores. Novos aumentos virão como também seguro anti-apagão, taxa de energia emergencial.

Além da tendência à centralização, pela inserção dos grandes grupos internacionais, a posição dos novos donos é bastante cômoda, pois os prejuízos decorrentes da falta de investimento no passado será cobrada do consumidor tornando-se assim o setor atrativo aos investimentos nas privatizações que poderão ocorrer no futuro.

3.3.4 Alimentos, Bebidas*, Fumo e Comércio Varejista.**

As grandes negociações envolvidas nestes setores refere-se as fusões e aquisições, pois as partes eram empresas privadas.

Os segmentos de super e hipermercado foram impulsionados pelo movimento à jusante⁶⁴ da cadeia.

No período de 1992 a 1998, das 208 transações ocorridas, cerca de 60%, eram de participação estrangeira. Parmalat, Danone, Nabisco e Bungey y Born mereceram destaque pela atuação no setor de alimentos e bebidas, como também em outros subsectores de massas, biscoitos, chás, outros. A Parmalat fez 25 transações adquirindo a Batávia, Mococa, Etti e a Nigbauer.

Após o programa de estabilização econômica houve um aumento de poder aquisitivo e como no Brasil há uma alta elasticidade renda na demanda por alimentos⁶⁵, este fator fez com que

⁶³ IBGE (2002).

⁶⁴ Empresa jusante é aquela que faz a distribuição do produto.

*Bebidas refere-se à alimentícias tais como: leite, achocolatados, sucos, dentre outros.

** Dados desta seção são dos jornais Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil.

⁶⁵ Siffert Filho & Silva (1999).

os investidores estrangeiros se interessassem por este setor. A entrada estrangeira está contribuindo para a elevação do grau de concentração.

Alguns exemplos a seguir mostram a tendência à centralização, pois grandes grupos tiveram participação ativa na aquisição de empresa brasileiras.

O Carrefour expandiu seus limites adquirindo a rede Eldorado e algumas unidades das Lojas Americanas. O grupo Português Sonae incorporou o Mercadorama, Coletão, Real, Extra-Econômico, Nacional e Cândia. A americana Wall Mart ainda não adotou a estratégia de fusão e aquisição.

O grupo Bomprego que atua na região Nordeste associou-se ao grupo holandês Royal Ahold compartilhando o controle acionário e, a partir de então adotou o processo de fusão e aquisição.

No setor de sortidos e variados (chocolates e bombons) o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) suspendeu a venda da "Garoto" para a Nestlé com o argumento de risco de concentração, pois as duas empresas juntas representam 66,5% do setor, portanto tal negociação poderá trazer danos para o consumidor. No entanto a Nestlé e a Garoto já passaram por um processo de aquisição da primeira pela a segunda no valor de R\$ 1 bilhão assumindo o controle acionário.

3.3.5 Outros setores

Vários outros setores tiveram nas fusões, aquisições e privatizações grandes mudanças de gerenciamento tais como: Siderurgia, Petroquímica, Seguros, Mineração, Autopeças, Portuário e Ferroviário.

3.4 Conclusão

O Plano Real foi um divisor de águas, pois empreendeu um programa de desregulamentação Estatal de grande porte e de uma forma totalmente contrária à época dos grandes investimentos do Estado como forma de dinamizar a economia brasileira desenvolvendo a infra-estrutura.

O processo de abertura da economia possibilitou a entrada de investimento externo direto e através das fusões, aquisições e privatizações o cenário das empresas brasileiras transformou-se.

A tendência à centralização de capital pode ser evidenciada por esta mudança na participação acionária, principalmente nos setores bancários, telecomunicações, elétrico, dentre outros.

Os capitais débeis que não resistiram ao fim do protecionismo deixaram espaços no mercado que foram ocupados por grandes corporações internacionais mudando o caráter de competição no Brasil, mas que mundialmente já existia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões que nos permitem afirmar sobre o estudo deste trabalho são:

O Brasil está globalizado. Este caminho, provavelmente, não terá volta. Na realidade, só o tempo dirá, pois como foi visto no histórico da globalização, as relações internacionais expandem-se como também se fecham em épocas e por motivos diversos.

A abertura comercial provocou mudanças em vários níveis no Brasil. Estas transformações não somente ocorreram na economia, como também nas esferas produtivas, financeiras, sociais, nas relações comerciais e de trabalho, dentre outras.

Durante os governos de José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, vários planos de combate à inflação foram implantados, sem, no entanto alcançar este objetivo, apenas com exceção do último.

A inflação foi o alvo de planos econômicos desde 1985 (com a retomada da democracia), até 1993 (antes do plano real) sem ser controlada realmente. A hiperinflação foi cruel com a sociedade, pois corroeu salários e rendimentos, provocando instabilidade.

Só com a criação do Plano Real, no qual não só conseguiu diminuir as taxas inflacionárias como também, durante a sua implantação, é que houve mudanças significativas no cenário brasileiro com relação ao comércio internacional.

É bem verdade que o Real trouxe ao país uma certa “estabilidade”, credibilidade externa, pois o país estava seguindo os princípios neoliberais com austeridade fiscal. O brasileiro pode planejar seus gastos, adquirir bens que até então não conseguiria.

Por outro lado, o Real não trouxe apenas conseqüências positivas, mais principalmente, negativas. O Real deixou o país mais dependente e, portanto mais vulnerável. A política de valorização cambial, juros altos, abertura comercial, desestatização, dentre outros, tornou o país atrativo para os capitais internacionais, que entraram sob a forma de IED em contra partida aumentando a dependência externa.

A entrada de IED teve reflexos nas contas do governo gerando déficit. Os juros altos praticados não só contribuíram para aumentar os encargos da dívida como também estes capitais deixaram o país vulnerável as crises externas, fazendo com que o nível das nossas reservas diminuíssem.

Isto sim foi a mudança mais relevante, além da queda da inflação, a entrada de IED facilitou a troca da administração acionária das empresas estatais. Esta troca pode ser vislumbrada pelos processos de privatizações, fusões e aquisições, no qual nunca visto antes no país.

Neste cenário, as empresas internacionais assumiram os espaços deixados no mercado por empresas que sucumbiram. A tendência à centralização pode ser vista por esta mudança no cenário brasileiro. Fusões, aquisições e privatizações transformaram as empresas no país.

Estas multinacionais adquiriram fatias generosas do mercado brasileiro nos variados setores como mostrado no capítulo 3º, provocando mudanças na concorrência, ratificando assim à tendência à centralização de capital no Brasil.

Destacam-se como os grandes grupos que tiveram participação ativa nestes processos empresas Americanas, Espanhola e Portuguesas como também empresas nacionais como o Bradesco.

De acordo com este cenário a economia brasileira terá muito que caminhar, pois não apenas controle inflacionário resolverá os problemas do país. Esta crescente dependência externa

obriga ao país a seguir os ditames dos organismos e corporações internacionais, no qual não garantirá crescimento, muito menos desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU, Marcelo Paiva (Org.). A Ordem do Progresso. Cem Anos de Política Econômica 1889 – 1989. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 347 – 384.
- BANCO CENTRAL [On Line]. Disponível na Internet. www.bancocentral.gov.br. Arquivo capturado em janeiro de 2002.
- BAUMANN, Renato (Org.). O Brasil e a Economia Global. Rio de Janeiro: SOBEET, 1996.
- BNDES – FINAME / BNDESPAR. Relatório de Atividades. PND – 1998.
- _____. - Setorial. Os Mercados de Automação Bancária. Nº 11, março de 2000.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. IN: Malagutti, Manoel Luiz, Carcanholo, Marcelo Dias. Globalização e Neoliberalismo: Os Mitos de uma (Pretensa) Nova Sociedade. São Paulo: Loyola, 1997.
- COSTA, Luis C. Amad & MELO, Leonel Itaussu. A História do Brasil. São Paulo: Scipione, 1999.
- FERREIRA FILHO, Fernando. O legado do Plano Real: Uma Estabilização Sem Crescimento Econômico. In: Análise Econômica. Nº 3, março de 2001.
- FURTADO, Maria Isabel A. Ideologia Liberal: Caracterização. Texto da Disciplina de Evolução das Idéias Sociais, 1995.
- FURTADO, Celso. O Capitalismo Global. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GIAMBIAGI, Fábio & MOREIRA, Maurício Mesquita. Políticas Neoliberais? Mas o Que É Neoliberalismo? Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e Desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GRAVINA, Paulo. Privatização. Revista Rumos. Ano 25. Nº 181, fevereiro de 2001.
- IBGE. [On Line]. Disponível na Internet. www.ibge.gov.br. Arquivo capturado em 15 de abril de 2002.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Vários Números
- JORNAL GAZETA MERCANTIL. Vários Números.

- LACERDA, Antonio Corrêa. O Impacto da Globalização na Economia Brasileira. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- LEITE, Antonio Dias. Crescimento Econômico. Experiência Histórica do Brasil e Estratégia para o Séc. XXI. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- MALAGUTTI, Manoel Luiz. Crítica a Razão Informal. A Imaterialidade do Salarizado. 1ª ed. São Paulo: Edufes, 2000.
- MALDONADO FILHO, Eduardo. Globalização e Neoliberalismo: Dois Passos para Frente ou um Passo para Trás? In: ANAIS do III Encontro Nacional de Economia Política. Rio de Janeiro; Universidade FEDERAL Fluminense. 1998.
- OLIVEIRA, Gesner. Brasil Real. Desafios da Pós Estabilização na Virada do Milênio. 2ª ed. São Paulo: Mandarim, 1996.
- PIRES, José C. Linhares & DORES, Adely Branquinho das. Revista do BNDES. Nº 14 dezembro de 2000.
- PORTELA FILHO, Petrônio. O Ajustamento na América Latina: Crítica ao Modelo de Washington. Lua Nova – Revista de Cultura e Política. Nº 2, 1994.
- PUGA, Fernando Pimentel. Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial. In: Giambiagi, Fábio, Moreira, Maurício Mesquita. A Economia Brasileira nos Anos 90. 1ª ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, P. 411 – 465.
- RODRIGUES, Denise Andrade. Os Investimentos no Brasil nos Anos 90. Revista do BNDES. Nº 13 junho de 2000, p. 107 – 135.
- SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia. Abril Cultural, 1985.
- SENE, Eustáquio & MOREIRA, João Carlos. Geografia Geral do Brasil. Espaço Geográfico e Globalização. São Paulo: Scipione, 1999.
- SIFFERT FILHO, Nelson & SILVA, Carla Souza. As Grandes Empresas nos Anos 90: Respostas Estratégicas a um Cenário de Mudanças. In: Giambiagi, Fábio, Moreira, Maurício Mesquita. A Economia Brasileira nos Anos 90. 1 ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, P. 375 – 409.

- SILVA, César R. Leite da. Um Panorama Macroeconômico do Brasil Após o Plano Real. In: INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Informações Econômicas. V. 31 N° 7, julho de 2001.
- SINGER, Paul. Um Histórico da Globalização. In: II Encontro Nacional de Economia Política. PUC/SP. V.1 maio de 1997.
- VASCONCELOS, Marco A. Sandoval, GREMAUD, Amaury P. & TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea. 3ªed. São Paulo: Atlas, 1999.

ANEXO

Tabela XV – Desestatização no Setor de Telecomunicações – 1998.

Empresa	Valor (US\$ Bilhões)	Compradores (Participação %)	Países (Participação %)
Telesp	4,97	Telefônica S. A. e Subsidiárias: 56,6 Telecom de Portugal: 23 Iberdrola Investimentos: 7 Banco Bilbao Viscaya: 7 RBS Participações: 6,4	Espanha: 70,6 Portugal: 23 Brasil: 6,4
Tele Centro-Sul Participações S. A .	1,77	Timepart Part. Ltda: 62 Stet International: 19 Techold Part. S. A . (Opportunity, Previ e Sitel): 19	Brasil: 81 Itália: 19
Telenorte-Leste Participações S. A .	2,94	Construtora Andrade Gutierrez: 21,20 Inepar S. A. Ind. E Const. : 20 Maçal Inv. E Partic. S. A . : 20 Fiago Partic. S. A . (Funcef): 18,70 Brasilseg: 10,05 Cia. De Seguros Aliança: 10,05	Brasil: 100
Embratel Participações S. A.	2,27	MCI International: 100	Estados Unidos: 100
Telesp Celular	3,08	Portelcom Partic. (Portugal Telecom)	Portugal: 100
Tele Sudeste Celular Participações. S. A .	1,16	Telefônica Internacional: 92,98 Iberdrola Investimentos: 6,98 NTTMobili Communications: 0,02 Itochu Corporation; 0,02	Espanha: 99,96 Japão: 0,04
Telemig Celular Participações S. A .	0,65	Telesystem International Wireless Inc.: 48 Opportunity: 21 Fundos de Pensão (Previ e Sistel): 18 Outros: 13	Canadá: 48 Brasil: 52
Tele Celular Sul Participações S. A	0,60	UGB Partic. (Globopar e Bradesco) Bitel Partic. (Stet Mobili Holding N. V.)	Brasil: 50 Itália: 50
Tele Nordeste Celular Partic. S. A .	0,57	UGB Partic. (Globopar e Bradesco) Bitel Partic. (Stet Mobili Holding N. V.)	Brasil: 50 Itália: 50
Tele Leste Celular Partic. S A .	0,37	Iberdrola Energin S. A . Telefônica Internacional S. A . (Tisa)	Espanha: 100
Tele Centro-Oeste Participações S. A .	0,38	Splice	Brasil: 100
Tele Norte Celular Participações S. A .	0,16	Telesystem International Wireles Inc.: 48 Opportunity: 21 Fundos de Pensão (Sistel e Previ): 18 Outros: 13	Canadá: 48 Brasil: 52

Fonte: Sifert Filho & Silva APUD BNDES (1999; p. 392).